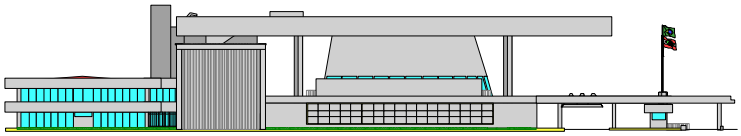
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII | FLORIANÓPOLIS, 24 DE ABRIL DE 2008 | NÚMERO 5.882

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Drevek

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
Edson Piriquito– Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - **NÚMERO 1894**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

ÍNDICE

Publicações Diversas
Audiência Pública.....2
Ata de Comissão Permanente.....
.....13
Aviso de Resultado.....14
Comunicação 14
Extratos 14
Portarias 14
Portarias 15
Projetos de Lei.....16

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARA DISCUTIR SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA EM DISCUSSÃO NO CONGRESSO NACIONAL, REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2008, ÀS 14H, NO AUDITÓRIO DA ALESC

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-tarde. A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina tem a satisfação de recebê-los nesta audiência pública da Comissão de Finanças e Tributação, proposta pelo senhor deputado Renato Hinnig, para falar sobre a reforma tributária em discussão hoje no Congresso Nacional.

Convidamos para compor a mesa dos trabalhos o senhor deputado Renato Hinnig, membro da Comissão de Finanças e Tributação; o senhor deputado José Natal, membro da Comissão de Finanças e Tributação; o senhor deputado federal Edson Bez de Oliveira; o senhor Carlos Roberto Molin, gerente de Tributação da Secretaria de Estado da Fazenda; o senhor Glauco José Corte, 1º vice-presidente do Sistema Fiesc e presidente da Câmara de Assuntos Tributários e Legislativos da Fiesc; o senhor Rogério Macanhão, presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco); o senhor Fabiano Dadam Nau, presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina; o senhor Paulo Afonso Evangelista Vieira, ex-governador do Estado de Santa Catarina; e o senhor Sérgio Faraco, presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina.

Registramos a presença das seguintes autoridades: senhor José Ricardo Lopes, representando o CDL de Florianópolis; senhor Ivan José de Chaves, representando a OAB/SC; senhor Jandival Ross, presidente da Federação dos Contabilistas de Santa Catarina; senhor Marcos Aurélio Garcia, representando o deputado estadual Sílvio Dreveck; senhora Mônica Maria Schipmann, representando a Federação das Empresas de Transportes de Cargas de Santa Catarina; senhor Rodrigo Berthier, representando a Associação Empresarial da Grande Florianópolis (Aemflo); senhor Laércio Knihs, diretor executivo da Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses; senhor Jackson Bastos, representando a Associação Empresarial de Jaraguá do Sul e a Associação das Pequenas Empresas do Vale do Itapocu; senhor Luiz Alfredo Werka, 2º vice-presidente do Sindicato da Habitação e Imóveis de Santa Catarina; senhor Altaides Veiga, diretor-presidente da Associação Brasileira dos Contribuintes; e senhora Manoela Pinheiro, representando o Instituto Catarinense de Estudos Tributários.

Passamos a palavra ao deputado Renato Hinnig, que fará a abertura oficial deste encontro.

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Boa-tarde a todos e a todas.

Em nome do presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Jorginho Melo, que não pôde se fazer presente, e dos demais deputados que compõem a Comissão, quero saudar o deputado federal Edson Bez de Oliveira, candidato a presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara - a decisão sai esta semana.

Estamos torcendo muito para que a escolha recaia sobre o seu nome, deputado. Temos certeza de que Santa Catarina será muito bem representada neste trabalho tão importante para a Nação brasileira.

Quero cumprimentar também o senhor Glauco Corte, 1º vice-presidente do Sistema Fiesc e presidente da Câmara de Assuntos Tributários e Legislativos da Fiesc; o senhor Rogério Macanhão, presidente da Fenafisco; o senhor Carlos Roberto Molin, gerente de Tributação da Secretaria de Estado da Fazenda; o senhor Sérgio Faraco, presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, em nome de quem cumprimento todos os contabilistas presentes; o senhor Fabiano Dadam Nau, presidente do Sindifisco; os representantes do segmento empresarial, o setor de transporte, os produtores de maçã, os microempresários; o representante da OAB; e os demais presentes.

Tomamos a iniciativa de propor esta audiência pública porque julgamos de fundamental importância essa discussão, já que está tramitando na Câmara dos Deputados o projeto de reforma tributária, que, talvez junto com a reforma política, seja a reforma mais esperada pela sociedade brasileira.

Tivemos a oportunidade de participar de um evento em Brasília em que estavam presentes o ministro da Fazenda e o secretário executivo Bernad Appy, que fizeram a apresentação do projeto de reforma à bancada do PMDB.

Sentimos que o governo tomou alguns cuidados ao elaborar a proposta, fazendo com que os Estados e os municípios tenham a segurança de que não haverá perda de arrecadação, e da mesma forma existe o propósito de não aumentar a carga tributária.

Hoje, o Brasil está vivendo um momento bastante propício para essa discussão, já que temos grandes reservas cambiais; está vivendo um processo de crescimento, com incremento de arrecadação, o que permite à União poder abrir mão de uma parte dos recursos arrecadados para bancar possíveis perdas que possam ocorrer nesse processo de transição.

Também é importante ressaltar que a proposta tem no seu bojo a preocupação da implantação de forma gradual, não criando assim nenhum tumulto inicial, grandes modificações. É também uma oportunidade que se abre aos Estados e aos municípios de rediscutirem um novo pacto federativo, o que se faz necessário. É importante que sejam rediscutidas as competências de cada ente de governo e também a forma de partilha dos recursos.

Gostaria, ainda, de agradecer aos funcionários da Assembléia que estão fazendo a cobertura desta reunião - a taquigrafia das Comissões está registrando tudo que está sendo falado. Segundo as taquígrafas, a ata ficará pronta em uma semana. Então, para podermos estabelecer contato com os senhores, vamos passar uma lista para que coloquem o seu *e-mail*.

Inicialmente, vamos passar a palavra aos integrantes da mesa, para as suas considerações iniciais. Em seguida, vamos ouvir os demais participantes da reunião.

A previsão é de que os trabalhos sejam encerrados às 16h. Portanto, vamos procurar nos enquadrar dentro desse tempo, mas sem perder a qualidade nos debates.

Gostaria de comunicar que foi aprovada pela Comissão de Finanças e Tributação da Casa a criação de uma subcomissão, proposta pelo deputado Décio Góes - a partir desta audiência pública de hoje, deverá ser elaborado um cronograma para que esse debate ocorra nas diversas regiões do Estado, para que tanto a Assembléia quanto as entidades organizadas do segmento empresarial, os contadores, enfim, os profissionais que militam na área, tenham a oportunidade de fazer uma ampla discussão.

É importante, também, a participação dos municípios, das associações de municípios. Este é um momento ímpar, temos que prestar atenção em tudo que está acontecendo.

Hoje mesmo li nos jornais que existe na Câmara dos Deputados a disposição de acelerar esse processo de discussão, quem sabe, votar ainda no primeiro semestre, tendo em vista as eleições em outubro. Particularmente, acho um tempo muito exíguo, mas nas Casas Legislativas, quando se tem vontade, determinação, quando existe acordo das lideranças, as coisas acontecem de forma muito rápida. Portanto, é importante que a gente esteja acompanhando isso bem de perto.

Só para reflexão, queria dizer que nós deveríamos aproveitar este momento para buscar desburocratizar a forma de cálculo do retorno do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados. Principalmente em relação a esses cálculos, existe uma burocracia muito grande. Quem sabe, podemos aproveitar este momento para rediscutir a forma de cálculo disso, aproveitar para reformular a legislação que estabelece os critérios de retorno do ICMS aos municípios - é um cálculo muito grande que hoje se processa em relação a isso -; talvez até instituir mecanismos que venham a contemplar aqueles municípios captadores de recursos hídricos, por exemplo, para abastecer outros municípios, quem se dedica mais e atende à questão de saneamento básico, os cuidados com o lixo; talvez seja esta a oportunidade de se discutir amplamente, entre os municípios, os Estados e a União, o novo Pacto Federativo; talvez esta seja a hora, também, de a gente fortalecer as receitas dos municípios e dos Estados.

Gostaria de convidar o deputado Décio Góes para fazer parte da mesa *(palmas)* e de anunciar a presença do senhor Ézio Librizzi, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes; do senhor José Roberto Paludo, representando o deputado estadual Pedro Uczai; do senhor Ernani Matos, representando o secretário de Justiça e Cidadania; do senhor Júlio César Hess, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas da Região da Grande Florianópolis.

Com a palavra o deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO FEDERAL EDSON BEZ DE OLIVEIRA (SC) - Cumprimentando o deputado Renato Hinnig, cumprimento os outros colegas aqui presentes, os demais membros da mesa e, especialmente, vocês, o setor produtivo, a classe trabalhadora, enfim, a sociedade brasileira.

Quero parabenizá-lo, Renato, em nome dos colegas, pela iniciativa, que é a primeira no Brasil. A comissão ainda não foi instalada em Brasília, estamos diante de um impasse, em função de nomes importantes para integrar a Comissão. Esperamos que esta semana o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, tome a decisão. Costumamos dizer que no sistema presidencialista o presidente manda, embora haja o entendimento com os líderes - o Paulo Afonso, que foi meu colega, sabe como funciona o Congresso Nacional, é uma casa de conversa, de controvérsia, de entendimentos, de desentendimentos, e, em função das lideranças, cada uma representando o seu partido, consegue-se avançar ou não.

Na questão da constituição da Comissão nós não conseguimos avançar. O PMDB, depois de várias reuniões, de várias conversações (eu havia colocado o meu nome à disposição em dezembro do ano passado), acabou me indicando para presidir a Comissão da Reforma Tributária; o PR, juntamente com mais quatro partidos, incluindo o PMDB, apoiou o deputado Sandro Mabel, de Goiás, para a relatoria; e o PT, entendendo ser um assunto dos mais importantes deste ano na Câmara dos Deputados e para o Brasil, entendeu que deveria fazer parte do comando, na presidência ou relatoria, mais especificamente na relatoria, indicando o ex-ministro Antonio Palocci, que, juntamente comigo, com o Germano Rigotto e com tantos outros colegas, fez parte da Comissão da Reforma Tributária na época do presidente Fernando Henrique Cardoso - Antônio Palocci foi ministro da Fazenda. O PT, que é a segunda maior bancada da Câmara, tem todo o direito de pleitear a relatoria. Como não houve entendimento, não foi constituída a Comissão. Esperamos que nesta semana, no máximo na semana que vem, isso seja resolvido.

Recebemos a proposta do Governo federal, através do ministro da Fazenda Guido Mantega e de seus técnicos, e também, representando o próprio presidente Lula, o ministro José Múcio. Numa reunião que tivemos no Palácio do Planalto, eu, o presidente do PMDB Michel Temer e o líder Henrique Alves fomos convidados e participamos da primeira apresentação da proposta. Depois, tivemos outra reunião, específica do PMDB (o deputado Renato Hinnig nos honrou com a sua presença em Brasília), junto com Guido Mantega os nossos representantes, técnicos do PMDB e técnicos do Ministério da Fazenda.

Foram duas reuniões importantes, mas quero dizer a todos que nós, da Câmara dos Deputados, não nos reunimos nem uma vez ainda para discutir a reforma tributária. O que existe são conversações isoladas. Constantemente sou chamado para conversar com alguns segmentos, mas não podemos adiantar muita coisa, a não ser aquela proposta apresentada pelo governo. Não é a proposta acabada, o próprio ministro Guido Mantega nos disse que existe espaço para receber sugestões, mas o governo tinha que apresentar uma proposta. Então, o governo estudou mais de um ano para apresentar uma proposta, considerada razoável, para que nós, brasileiros, e, principalmente, o Parlamento, e desta vez iniciando com a Câmara dos Deputados, pudéssemos iniciar o debate - teremos debates em vários Estados. Por isso, quero transmitir a vocês, dar certa tranqüilidade, que não houve avanço nesse sentido, estamos iniciando, e começamos por Santa Catarina. Que bom!

Todos sabem que a proposta do governo... Vocês já leram, acompanharam. É natural que haja reações, algumas fáceis de resolver, mas outras, não, em função de questionamentos. Por exemplo: na unificação do ICMS, pairam dúvidas, inclusive recebemos algumas sugestões no sentido de eliminar o Confaz dessa discussão, mas entendemos que o caminho não é por aí, temos que discutir com todos os seguimentos, e se for confirmado o meu nome para a presidência, a tendência é abrir espaço para todos; embora dando velocidade, queremos que todos se manifestem.

A guerra fiscal é outro item em que existem discórdias, mas está lá e precisamos debater, porque ela tem colaborado diretamente em determinado município ou estado, mas prejudica no todo - ao menos vamos iniciar o debate; quanto à desoneração da folha de pagamento, também existem sugestões diferenciadas; diminuir ou excluir tributos federais... Seria, então, implantado o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), mas também existem muitas propostas nesse sentido, não reações contra, mas propostas diferentes da do governo; e também a vantagem é que a proposta do governo será implantada gradativamente - temos propostas até 2010, 2016 e 2014. Então, o importante é que venham propostas dando oportunidade para que todos se manifestem.

O objetivo da reforma tributária é fazer com que todos paguem menos, mas que todos paguem; que possamos implantar num sistema eficiente, diminuindo a sonegação. Essa é a filosofia, além da simplificação - o contador e o contribuinte sabem da complexidade. Vocês sabem que tem gente, inclusive tributaristas, que até hoje não sabem quantos tributos temos no País?

Ainda tem gente *expert* no assunto, Paulo, mas que não sabe o número de tributos - uns falam em 60, outros em 43 e outros em 52. Então, vejam a complexidade! Precisamos dar um basta nisso!

Também achei um item interessante a implantação no município, no Estado e na União da nota fiscal eletrônica. Se trabalharmos juntos, será um mecanismo importante no que tange à diminuição da sonegação no Brasil.

Em relação à desburocratização (o Renato falou aqui e eu anotei), acho importante a forma de cálculo dos fundos estadual e federal, inclusive vamos avaliar juntos.

Estamos iniciando esse trabalho. Tenho dificuldades em avançar mais sobre o tema baseado nas reuniões internas que fizemos no PMDB e duas vezes no Palácio do Planalto, porque não foi instalada a Comissão. Qualquer palavra, qualquer frase que dermos aqui, na qualidade de pré-candidato ou candidato a candidato à presidência da Comissão, poderá nos ajudar ou nos atrapalhar.

Então, nesta minha primeira visita e primeira participação, não vou me omitir, não é minha característica, mas gostaria mais de ouvi-los. Com certeza, transmitirei à Comissão logo após a instalação.

Eu já combinei com o Renato - e quando falo Renato, falo em nome dos colegas deputados estaduais, federais, contabilistas, segmentos diversos que temos. Assumi esse compromisso, sendo presidente ou não, de participar. Da Comissão, vou participar, já fui indicado pelo partido. Quero ouvi-los tantas vezes quantas forem necessárias com o objetivo de enriquecer. Nós, Fórum Parlamentar Catarinense, temos a sensibilidade necessária para transmitir, pelo menos, o sentimento dos catarinenses.

Estarei aqui à disposição.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Obrigado, deputado Edinho Bez.

Eu quero informar que a intenção desta audiência pública, bem como da Comissão de Finanças e da Subcomissão da Reforma Tributária proposta pelo deputado Décio Góes é de efetivamente fazermos esse acompanhamento, esse debate aqui no Estado, podendo assim interagir com a Câmara Federal, passando as informações e o sentimento que estamos colhendo aqui para fazer o melhor trabalho possível em relação à reforma.

Gostaria de registrar a presença do deputado Sargento Amauri Soares e de agradecer ao ex-governador Paulo Afonso, que está acompanhando o nosso trabalho.

Com a palavra o deputado José Natal, para as suas considerações iniciais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NATAL PEREIRA (SC) - Boa-tarde a todos e a todas.

Inicialmente gostaria de cumprimentar o deputado Renato Hinnig, que neste momento preside esta audiência pública; o senhor Glauco; os demais membros da mesa; e o nosso amigo deputado Edinho Bez, que para a felicidade de Santa Catarina talvez seja o homem que vai comandar a Comissão da Reforma Tributária, tão propalada e solicitada em todos os níveis há muitos anos. E nós podemos ser privilegiados da seguinte forma: vamos ter, com certeza, a felicidade de poder participar mais diretamente, por ser ele um amigo, um catarinense.

Fui vereador praticamente em cinco legislaturas - saí há menos de dois anos do Executivo municipal. Em época política, todos falam de reforma, de carga tributária e tantas outras coisas, mas o deputado Edinho Bez e o deputado Renato colocaram agora, com muita propriedade, que o nosso país realmente vive um momento importante, com certeza quase que numa estabilidade, uma coisa que deve ser muito preservada, muito bem cuidada. E quem realmente vai cuidar deste momento é essa classe que está aqui, que gera os tributos para o caixa do governo para de sustentar essa máquina pesada e grande, para ver se acabamos de uma vez por todas, no meu entendimento, com essa famosa guerra fiscal entre os Estados e os municípios, o que, de um jeito ou de outro, sempre acaba gerando conflitos, Estado tal proporciona isso, Estado tal não pode, ou porque o governo proporciona... A oposição diz que o governo está propiciando uma evasão de receitas e tantas outras coisas, mas, dentro dessa ótica, sem medo de dizer, estou aqui para aprender com os senhores, com as suas sugestões, porque vocês é que vivem o dia-a-dia, sabem da dificuldade que existe na questão da carga tributária brasileira, que realmente é o que desmotiva a geração de emprego neste País.

Portanto, estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Muito obrigado, deputado José Natal.

Gostaria de comunicar que o senador Neuto de Conto nos contatou esta manhã informando da impossibilidade da sua presença, mas diz que está acompanhando os trabalhos sobre a reforma tributária no Senado Federal, que também tem uma proposta alternativa para ser discutida no Congresso Nacional.

Com a palavra o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC) - Minha saudação ao deputado Renato Hinnig, que preside esta audiência pública; aos demais membros da mesa; e a todas as entidades representativas de vários setores da sociedade catarinense.

Deputado Edinho, é uma satisfação tê-lo conosco!

Sou proponente da Subcomissão da Reforma Tributária porque penso que é um assunto que diz respeito a todos nós, de todos os cantos do Brasil. Embora esteja sendo tratado na Câmara e no Congresso Nacional, é importante que a gente cumpra o papel de popularizar o debate.

Acho que estamos em uma fase muito boa do Brasil. O crescimento da economia nos permite ao luxo de discutir um problema que há muito tempo está incomodando todos os brasileiros. Há um consenso generalizado de que é preciso fazer uma reforma tributária no País, mas é uma equação difícil, porque quem paga está pensando na reforma tributária no sentido de baixar as alíquotas e quem recebe está pensando no sentido de aumentar a sua participação, seja Estado, município ou a União.

É uma equação difícil, e precisamos da boa vontade geral, que é o que temos que plantar pelo Estado afora.

No meu entendimento, a reforma está sendo inteligentemente proposta. Embora crie o IVA, que muda o sistema de tributação, cria fundos de compensação para garantir, num primeiro momento, que ninguém ganhe e ninguém perca.

Para o setor empresarial, setor que convivo de perto, só o fato da simplificação dos impostos, da desburocratização, já é um ganho tremendo, porque a maioria das empresas tem um custo muito alto para gerenciar o sistema de pagamento de tributos. Só aí já há um ganho muito grande.

Então, nós temos um ambiente favorável tendo a compreensão de que tem um primeiro momento, que é para ninguém ganhar e para ninguém perder, criando assim condições de continuar a discussão. Acho que o Confaz tem que ser fortalecido; há que se fazer uma mesa de negociação nacional para que se consiga, ao longo do tempo, diminuir as alíquotas. Aí, sim, todos sairão ganhando, porque a máquina vai ter condições de aproveitar melhor os recursos que arrecada, podendo, assim, arrecadar menos em alíquotas, porque o recurso estará sendo melhor gerenciado.

Acredito que este seja o momento de a gente fazer esse debate com a nação brasileira, não deixar os nossos deputados e senadores tirarem esse assunto de pauta, termos o tempo que for necessário para fazer a melhor reforma tributária. Acho que o Brasil merece esse esforço de todos nós.

Estou aqui para contribuir com o debate. A idéia da Subcomissão é popularizar o debate, sendo este o primeiro de uma série, pois acho que temos que fazer muito mais. Toda contribuição que recebermos será passada à Comissão nacional, como forma de contribuir com o debate.

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Obrigado, deputado Décio Góes.

Passo a palavra agora ao senhor Roberto Molin, gerente de Tributação da Secretaria da Fazenda.

O SR. CARLOS ROBERTO MOLIN - Inicialmente, eu quero cumprimentar o deputado Renato Hinnig e, fazendo isso, saudar todos os demais membros da mesa.

Em relação à proposta de Reforma Tributária que está em discussão, que foi encaminhada pelo governo federal, a gente pode fazer algumas observações. Há alguns méritos, há alguns avanços e, sem dúvida, também há algumas críticas que devem ser feitas.

No mérito, podemos destacar a unificação dos tributos federais, criando o IVA federal. Sem dúvida, é uma simplificação. A unificação da legislação tributária do ICMS ao dar competência à lei complementar federal para tratar, isso vai simplificar, sem dúvida, o tributo. Com a fixação do destino, vamos dizer assim, ela reduz o incentivo, o combustível da guerra fiscal, o que é muito importante. Todos os Estados perdem com a guerra fiscal. Então, é muito importante que se reduza isso. Ela promove uma melhora na distribuição do bolo de receita, o que também melhora, sem dúvida, o Pacto Federativo, que tende a trazer de volta alguns conceitos iniciais da Constituição de 1988, já que a partir dali é que foram sendo criadas contribuições pelo governo federal e o bolo de receita foi se concentrando mais na União. E também o fato de ela ser gradual, de ela trazer um tempo para que seja feita a adaptação. Esses a gente pode destacar como alguns aspectos positivos.

Como aspecto negativo, em contraposição à criação de um IVA federal, que é um tributo novo, com uma base ampla, ele mantém o ICMS na sua base atual. Ele apenas melhora a administração do tributo ao dar uma legislação única, mas ele mantém os problemas existentes hoje.

Então, eu vejo que há, nesse aspecto, um descompasso. De certa forma, a União vai ficar, em termos de arrecadação, em vantagem. O Estado ainda carece de aperfeiçoamento no seu principal tributo, que é o ICMS. Talvez o caminho fosse a unificação com o ISS e a criação, então, de um verdadeiro IVA estadual que possa abarcar principalmente a área cinza, hoje, que figura entre o ICMS e o ISS, que não é alcançada por nenhum desses dois tributos. Esse, sem dúvida, seria um avanço.

A gente também pode dizer que falta definir melhor a questão da reposição de eventuais perdas que vão ocorrer com a migração do sistema atual para destino. Praticamente, os recursos que estão fixados na proposta são os mesmos existentes hoje para repor a desoneração da exportação. Então, precisa definir melhor quais serão os recursos alocados para essa finalidade.

De início, basicamente, o que a gente colocaria seriam essas questões.

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Obrigado Molin.

Gostaria de registrar a presença do senhor Luiz Carlos Furtado Neves, presidente das Associações Empresariais de Santa Catarina, e do senhor Adilson Luis Schmitt, prefeito de Gaspar.

Passo a palavra ao senhor Glauco José Corte, 1º vice-presidente do Sistema Fiesc e presidente da Câmara de Assuntos Tributários e Legislativos da Fiesc.

O SR. GLAUCO JOSÉ CORTE - Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar a Comissão de Finanças por esta iniciativa, através do deputado Renato Hinnig e dos demais integrantes da Comissão. Aliás, a Assembléia Legislativa tem sido sempre um fórum importante de debate com a sociedade catarinense, e repete agora com este evento. Também saúdo o deputado Edinho Bez, pelo seu envolvimento já antigo com a questão da reforma tributária e porque certamente será um interlocutor privilegiado nas discussões que serão conduzidas no Congresso Nacional sobre a reforma tributária. Ainda, cumprimento o deputado Natal Pereira, o deputado Décio Góes, os demais companheiros de mesa, as senhoras e os senhores.

O que levou o governo a alinhar-se com os anseios da sociedade e a encaminhar esta proposta de reforma tributária? Sem dúvida, o reconhecimento de que nós temos um sistema complexo, que não é neutro, que é pouco transparente e com muitas distorções causadas, principalmente, pelas questões do grande volume de tributos indiretos. Temos legislações diferentes, competências tributárias distribuídas e nem sempre claras entre Estados, municípios e União; a questão da incidência cumulativa; o fato que não temos a desoneração das exportações e dos investimentos; a guerra fiscal, aqui já mencionada, que muitas vezes é predatória. Enfim, nós temos um diagnóstico não muito lisonjeiro ao sistema tributário nacional.

A reforma tributária proposta, encaminhada pelo Executivo, contém alguns avanços importantes. Embora o próprio governo declarasse que não é a reforma ideal, ela avança em alguns aspectos de simplificação do sistema tributário. Portanto, na Fiesc, nós achamos que deve ser apoiada com alguns aperfeiçoamentos.

Eu vou fazer referência a eles, deputado Renato Hinnig, rapidamente, sem entrar em detalhes, até porque no futuro provavelmente teremos ocasiões de discutir mais detalhadamente cada um destes pontos. Mas um ponto que nos parece falho na proposta é a não-extinção do IPI. O IPI também deveria ser extinto e agregado ao IVA federal, juntamente com as outras contribuições que foram extintas.

Nós temos uma questão séria e precisamos definir melhor: a utilização dos créditos sobre os bens de uso e consumo; uma definição melhor do que vem a ser o conceito de crédito financeiro incorporado na proposta. A questão dos créditos deveria ser objeto de uma reflexão muito grande. Embora haja proposta de tratamento para os créditos adquiridos a partir da implementação da reforma, nós temos um estoque de crédito tributário de ICMS Exportação que a reforma tributária simplesmente ignora! Aqui em Santa Catarina, provavelmente, temos estoque de 500 milhões; no Brasil todo, entre 10 bilhões e 15 bilhões. Qual é o tratamento que se vai dar a esses créditos? Nós achamos que a reforma deveria contemplar esta questão dos estoques atuais.

A reforma prevê a possibilidade da criação de adicional da alíquota do Imposto de Renda sobre pessoa jurídica. Isso nos parece um risco porque pode não haver limite para o aumento relativo a esses adicionais. Nós achamos que deveria estar muito claro na proposta a questão da não-cumulatividade do IVA federal e do novo ICMS. Aliás, o fato de que o governo está mantendo o nome ICMS nos parece altamente positivo, como novo ICMS, porque esse é um conceito com que os contribuintes estaduais trabalham há mais de quarenta anos. Então, parece que esse conceito está incorporado, e parece-nos que é preferível o novo ICMS do que o chamado IVA estadual.

Outra questão fundamental é a redução dos prazos para a utilização dos créditos sobre bens de capital. Por que isso é tão importante? Há uma declaração do secretário Bernad Appy, que conduziu esse projeto, de que o custo para os contribuintes da não-utilização do crédito sobre os bens de capital varia de 3% a 8%, conforme a situação de cada empresa. É o custo da não-utilização desse crédito.

Ora, se o próprio governo reconhece que os empresários têm custo que pode chegar a 8%, não parece razoável que o governo, na proposta de reforma tributária, estabeleça prazos que vão de 48 meses até terminar, no sétimo ano, com 8 meses, para o aproveitamento desses créditos. De modo que a nossa proposta é que esse crédito deva ser reconhecido imediatamente, no mês subseqüente da sua incorporação, ao bem do ativo permanente.

Outro fato bastante importante é a vedação do uso de medidas provisórias em questão de matéria tributária. Isso também não está contemplado na proposta de reforma tributária, e parece-nos que é um ponto... A sociedade está acompanhando as distorções e os problemas causados pelo uso indiscriminado de medidas provisórias.

Outra questão é que seja garantida a neutralidade das alterações. O que se quer dizer com isso? Que não haja aumento da carga tributária! Em todas as experiências anteriores no País, sempre que se promoveu algum ajuste no sistema tributário, a carga tributária foi elevada. Hoje, nós já convivemos no País com uma carga tributária exorbitante, de modo que deveria estar muito claro que não haverá aumento da carga tributária e a perspectiva de redução gradativa na medida do crescimento da arrecadação superior aos níveis atuais. Concomitantemente a isso, embora não se refira diretamente à questão tributária, perece-nos que seria saudável um dispositivo limitador dos gastos públicos, que cresce no País acima do crescimento do PIB.

Deputado Edinho Bez, eu acho muito importante também a questão das empresas enquadradas no Simples. Qual é a garantia que se vai dar a essas empresas no caso da saída, na tributação, no Estado de origem, para o Estado de destino? Acho que essa questão também que deveria ser mais elucidada.

Dentro do princípio da transparência, a nossa proposta é que também se acabe com os impostos, o tributo por dentro, como é o caso da energia elétrica. O contribuinte não sabe de fato quanto está pagando porque ele é calculado imposto em cima de imposto.

Finalmente, mais um ponto: a redução da contribuição sobre a folha de pagamento. Acho que o governo cedeu um pouco às pressões, nesse caso, e acabou remetendo o assunto para a legislação complementar, que vai definir que essa redução será gradual até o sétimo ano posterior à promulgação. Também neste caso aqui, além do fato de que a redução deveria ser um pouco mais expressiva, porque está se acabando apenas com o salário-educação, ela também deveria ser feita num prazo muito mais curto.

Aliás, quanto a esta questão de prazo, por que a gente insiste nisso? Porque quando se aumenta o tributo ele entra em vigor logo no ano seguinte. O contribuinte não tem sete anos, seis anos, três anos para se adequar à nova carga tributária. Por um princípio de isonomia, seria muito interessante que o governo também... Então, quando há mudanças que beneficiam o contribuinte, que se simplifique o processo, que isso seja feito num prazo mais rápido.

Até, foi mencionado aqui um relatório do senador Francisco Dornelles. Ele faz uma alteração importante no seu substitutivo estabelecendo que nenhum tributo seja criado ou majorado sem que a respectiva lei tenha sido aprovada pelo Poder Legislativo até 30 de junho do exercício anterior àquele em que entrar em vigência. Parece-nos que já é um avanço. É modesto, mas já é um avanço em relação ao sistema atual.

Para concluir, nós achamos que, além dessas questões pontuais, o contribuinte (e acho que o Congresso Nacional e a Assembléia Legislativa) precisa estar atento a essa calibragem das alíquotas para que não gerem aumento de tributação. Hoje, o País já conta com uma das mais elevadas cargas tributárias do mundo, e não haveria nenhuma razão para haver novos aumentos da carga tributária.

Com essas e outras alterações que certamente surgirão nas discussões, nós esperamos que a reforma tributária possa avançar e que o Congresso Nacional, de fato, não frustre a expectativa da sociedade catarinense e da sociedade brasileira em relação a uma reforma tributária que simplifique os tributos e que facilite a vida do contribuinte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Muito obrigado, doutor Glauco.

Agora, eu gostaria de ouvir o doutor Sérgio Faraco, presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina.

O SR. SÉRGIO FARACO - Inicialmente, gostaria de cumprimentar o deputado estadual Renato Hinnig e parabenizar esta Comissão de Finanças e Tributação, porque eu acho que [esta audiência] é muito importante, é um grande passo que nós estamos dando aqui, um exemplo para todo o Brasil.

Também aproveito para saudar o meu particular amigo - contabilista, diga-se de passagem - Edinho Bez; o meu amigo Glauco Corte, que praticamente disse tudo o que eu ia dizer. Mas vou tentar dizer alguma coisa um pouquinho diferente do que o Glauco já falou, porque a gente tem a mesma idéia. Ainda, aproveito para cumprimentar o nosso presidente da Fecontesc, o Jandival Ross; o nosso ex-governador Paulo Afonso, que foi um grande parceiro. A nossa eterna gratidão, da classe contábil catarinense, pelos convênios que na sua oportunidade (*ininteligível*) que até hoje se mantém, e veio que a gente estava no caminho certo quando fizemos aqueles convênios. Saúdo, também o César Hess, da Transportes e Cargas; o senhor Laerce, da Adac(?), que sempre está prestigiando a gente.

Meus senhores e minhas senhoras, eu acho que a iniciativa é louvável. E eu, como brasileiro, tenho sempre aquela esperança de que isso vai acontecer um dia.

Assim como o Paulo Afonso, o Edinho Bez, eu convivi muito em Brasília - só dezoito anos. Então eu sei o que se passa lá, gente.

É como se disse (eu acho que foi o Décio Góes, com muita propriedade): se ele ajudar a fazer com que o trabalho dos empresários e dos contabilistas diminua, já é uma grande coisa. Porque vocês vejam hoje: o Imposto de Renda e a contribuição do lucro real têm que ser feito em duas guias: 15% de Imposto de Renda e 9% de contribuição social - 24%. Como é bom, no caso, ser da União, não é? De cem, vinte e quatro já ficam com ele. É muito fácil trabalhar assim.

Outro assunto que eu vejo que nós deveríamos ver que é importante (de repente, eu sou sonhador, como eu falei no começo): eu acho que a pirâmide da tributação deveria ser inversa. Quem sofre é o prefeito, o governador, que está todo dia sabendo da sua comunidade o que necessita, o que precisa. Hoje, o que acontece? Os nossos impostos vão todos para a União. Aí, na hora de distribuir como se faz? Serve como moeda de troca.

Fico triste e também acho um absurdo (a Fecam fez aqui um grande trabalho elogiável) esse Fundo do Desenvolvimento Regional: só 5% são para a Região Sul e Sudeste. Quer dizer que quem produz é penalizado neste País? Gente, eu conheço Brasil todo de cabo a rabo (me desculpem o linguajar), e vou dizer pra vocês: o pessoal do lado de lá, com todo o respeito, só sabe muito é pedir. Eu vejo nas reuniões do nosso Conselho: quando eles vão lá, eles querem carro, querem computador, querem uma porção de coisas. E nós, aqui, ficamos trabalhando, se batendo, procurando fazer... Vejam: hoje, o nosso Estado é 99% de pessoas alfabetizadas. Nós temos interesse em dar o retorno à população.

Como muito bem se falou (acho que foi o meu amigo Glauco), tem que ser dado uma olhadinha na despesa, não é, gente? Porque o que observo hoje é que se cria cada vez mais receita, mais impostos, e na receita não se vê nada! Eu acho que até deveria existir um tribunal de contas específico, com pessoas da sociedade, bem entendido, que fizessem fiscalização mais rigorosa desse dinheiro e onde está sendo gasto. Isso seria muito importante.

Acho que o nosso País... Não sonhem, gente. Não sonhem com esse dólar que está baixando, não é, Glauco? Lá na frente vai dar dor de cabeça para nós. Vamos ter reflexos já, em breve. Está tudo muito bonito, a imprensa fala que nós estamos uma maravilha, que o dólar está uma maravilha, mas quem exporta sabe as dificuldades que está passando. E lá na frente vai dar alguma coisa.

Então, acho que está na hora de nós fazermos um pacto confederativo, a exemplo do que aconteceu na Espanha. Isso é muito importante, porque, hoje, 37% do nosso PIB é tributação. Para vocês verem o absurdo que é.

Quem me antecedeu, muito bem falou sobre o Super Simples - o Glauco falou também. Gente, nós teríamos que ver de Estado para Estado. Como seria feito esse tratamento? Aqui, nós produzimos muita coisa, somos a sexta economia do País, apesar de termos 1,1% do território nacional. A nossa gente daqui, esta miscigenação, este pessoal trabalhador, esta vontade (eu chego a dizer, este tesão) que o catarinense tem é que nos faz ser um Estado diferente. Então, como ficaremos? Como vai ser esse tratamento para nós?

Portanto, acho que esta iniciativa é louvável. Agrego isso tudo que eu falei às palavras do Glauco, que possui o mesmo pensamento que eu tenho. Acho que este é o caminho: nós temos que analisar com muita calma. Eu não sonho, porque em 1997 fizemos o primeiro encontro nacional para a reforma tributária, já estamos em 2008. Qual foi a reforma tributária? Nós tivemos foi retalhos! Não é, Paulo Afonso? Não é, Edinho Bez? Vocês sabem perfeitamente, porque a gente está lá em Brasília e sabe.

Então, eu digo assim: gente, eu acho que está na hora de nós darmos um basta nisso. Eu acho que todos os deputados federais, toda a sociedade deverá se pronunciar e procurar evitar o que vier a ser o caos para o Brasil. Porque com essa carga tributária, gente, não dá para ninguém sobreviver. Eu ainda arrisco dizer, como proprietário de escritório de contabilidade (eu faço contabilidade de duzentas empresas): não é fácil pagar o tributo hoje, é muita carga tributária. Só quem não é empresário é que não sabe o quanto se paga! Está muito difícil. Eu acho que no final do ano o empresário deveria ganhar um troféu grande, bem alto, daqueles escritos assim: honra ao mérito por ter vivido mais um ano.

Penso que está na hora de nós fazermos uma reforma mais justa, apesar de que eu sou um homem que tem esperança. Mas pela minha história, por tudo que eu vejo em Brasília, meus amigos, poderá ser assim: o Imposto de Renda e a contribuição social, se junta os dois e mete 24%. Até já dá uma ajuda, como disse o deputado Décio Góes. Eu acho que já vai ajudar bastante, mas eu não acredito, sinceramente, que nós vamos ter uma reforma tributária radical, o que precisaria. E é muito importante.

Eu vejo que hoje só se preocupa com a receita. Volto a repetir: a despesa, como que fica? Nós tínhamos que ter limites para essas despesas, e elas deveriam ter fiscalização bem rigorosa, principalmente em Brasília, porque vocês sabem o que acontece hoje. Eu sempre falo para o meu amigo Paulo, da Receita Federal, e para o Ari: como nós vamos dizer para o nosso amigo empresário que ele vai ter que pagar esse imposto, se ele sabe que do outro lado está indo para o outro lado esse dinheiro? Ele se desestimula. Até para vocês da Receita Federal, Ari, é difícil! Para os senhores da Secretaria da Fazenda, é difícil! Por quê? Não está havendo fiscalização. Teria que haver fiscalização mais rigorosa.

Este nosso país é viável, gente. Quem viaja o Brasil todo sabe. Gente, diante de tantos problemas, nós ainda conseguimos sobreviver. Nas minhas palestras, eu sempre gosto de dizer: se tivéssemos levado a coisa 10% mais a sério, nós resolveríamos um caminhão de coisas: saúde, segurança e educação. Principalmente em educação, graças a Deus, Santa Catarina está dando um belo exemplo: é o segundo do País. Então, eu vejo que a gente pode fazer muito mais. Depende é da boa vontade e que, naturalmente, essa arrecadação toda não sirva como moeda de troca, mas sim procurar distribuir o dinheiro de uma maneira mais justa e para aqueles que produzem. Esse é o meu posicionamento.

Obrigado pela atenção dos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Obrigado, Sérgio Faraco.

Com a palavra o senhor Fabiano Dadam Nau, presidente do Sindicato dos Fiscais da fazenda do Estado de Santa Catarina (Sindifisco).

O SR. FABIANO DADAM NAU - Boa-tarde a todos. Na pessoa do deputado Renato eu cumprimento os demais membros desta mesa.

Vou fazer uma breve explanação. Eu gostaria de começar citando uma frase do professor Paulo Nogueira Batista Júnior, economista e diretor do FMI. É uma frase escrita por ele, em seu livro, no ano 2000: "Só teremos uma reforma tributária ampla e consistente ao atingirmos os dois pontos nevrálgicos do sistema tributário brasileiro: as normas gerais sobre os tributos - incidências, alíquotas, distribuições entre os entes federados - e a valorização e o reconhecimento da administração tributária e dos seus servidores públicos. É curioso notar que, apesar dos freqüentes debates sobre o tema reforma tributária em todo período recente, apesar da insistência com que se reivindicou uma reforma profunda e abrangente, um aspecto crucial tem sido geralmente negligenciado: a importância estratégica da administração tributária, em especial a fiscalização para o bom funcionamento do sistema tributário." Isso foi dito por ele em 2000. Nós estamos em 2008, recém foi protocolada a nova proposta da reforma tributária e a administração tributária continua sem ser observada em seu texto.

Deputado Edinho, nós entendemos que há oportunidade de incluirmos nesse texto um disciplinamento ou uma possibilidade de surgir um disciplinamento para as administrações tributárias da União, dos Estados e dos municípios; que possibilite um disciplinamento de normas gerais. Assim, também, nós poderemos contribuir para que haja a redução do custo Brasil.

Eu vou fazer alguns comentários sobre alguns aspectos dessa proposta apresentada. Existem avanços, sem dúvida, e alguns deles já foram mencionados aqui pelos senhores que me antecederam. Mas as críticas que eu tenho a fazer são com relação à quebra do Pacto Federativo. Na intenção de se criar uma unificação da legislação do ICMS através de uma legislação complementar federal, isso resulta que nenhum outro Estado poderá interferir na sua legislação. Não poderão ser editadas normas estaduais para disciplinar este novo ICMS. Ou seja, o que hoje os deputados estaduais fazem, e fazem bastante, eles não mais terão competência para legislar. Aqui vai um alerta para os senhores.

Como será esse IVA estadual, esse novo ICMS?

(*Passa a ler.*)

a) Será instituído "conjuntamente por meio de lei complementar federal;"

b) "(...) não sendo permitido aos legisladores estaduais terem qualquer ingerência sobre ele, já que ficará "vedada a adoção de norma estadual para regra imposto de competência estadual;" Texto expressamente dito na reforma.

c) "Todas as suas alíquotas serão estabelecidas pelo Senado Federal;"

d) "(...) essa lei complementar é de iniciativa dos Estados, do Senado Federal e do presidente da República."

Ela vai fazer o quê?

"1) Disciplinar o procedimento administrativo fiscal;

2) o processo administrativo penal;

3) sansões aplicadas aos Estados e Distrito Federal; e

4) dispõe sobre a criação e competência de um SUPERCONFAZ, que será presidido por representante da União, tendo as seguintes atribuições:

1) editar regulamento único;

2) fixar normas e prazos de recolhimento do imposto; e

3) autorizar transação, anistia, remissão e moratória."

Ora, se é um tributo que incide nos Estados, por que esse órgão ser presidido por representante da União?

E o IVA federal?

a) "será o imposto sobre consumo de competência da União com imposição sobre todas as operações e transações e, ainda, sobre quaisquer tipos de prestação de serviço;

b) terá apenas a regra matriz estabelecida na Constituição Federal; e

c) o fato gerador, base de cálculo, regime de compensação e alíquotas serão estabelecidas em lei."

Caso aprovada essa reforma, "Estados e municípios estarão abrindo mão de sua autonomia, dando um cheque em branco à União, sobretudo porque a carga tributária não está transparente, vez que não foi quantificada."

ICMS no destino, cobrança na origem. Problemas que nós apontamos: "O Estado de destino, a quem o imposto pertence, não poderá dispor do produto arrecadado; o Estado de destino perderá seu poder de fiscalização sobre o imposto arrecadado pelo Estado de origem; e o Estado de origem poderá perder o interesse de arrecadar o imposto, cujo montante não lhe pertence, como também terá um aumento excessivo de encargos, burocratizando seu sistema arrecadatório."

Essa proposta traz "uniformalização de alíquotas e, comparando com o que está sendo realizado na União Européia, a União Européia parte em sentido oposto."

A titularidade da iniciativa da legislação: iniciativa de lei complementar. Agora, primeira possibilidade de iniciativa: "Um terço dos membros do Senado Federal, desde que haja representantes de todas as regiões do País." Segunda possibilidade de iniciativa: "Um terço dos governadores de Estado e do Distrito Federal ou das Assembléias Legislativas, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa dos seus membros, desde que estejam representadas, em ambos os casos, todas as regiões do País" (outra hipótese difícil de acontecer) "ou, como terceira alternativa, iniciativa do Presidente da República, sem nenhum outro pré-requisito."

Aí se pergunta: o que o presidente da República tem a ver com o imposto de competência estadual? Fica evidente o desejo da União em açambarcar todo o universo da tributação do imposto sobre o valor agregado.

Conclui-se que esta proposta, ao criar um IVA Federal amplo e leve, livre de qualquer amarra, e, em contrapartida, um ICMS desnorteado e decadente e sem condições mínimas de sobreviver, abre margem para que o IVA venha a ser totalmente absorvido pela União, pondo-se, efetivamente, uma pá-de-cal sobre o federalismo brasileiro.

Ainda no projeto, existem os fundos compensatórios, o que promete a compensação de perda de arrecadação de Estados em virtude da nova tributação para o sistema de destino. Agora, todos se lembram, quando foi instituída a Lei Kandir, da promessa de desoneração das exportações, de que haveria o repasse dos valores de queda de arrecadação para os Estados. E o que a gente percebe, e percebe-se bastante aqui em Santa Catarina, é que esses repasses que acontecem não suprem praticamente quase nada a necessidade de que se precisa.

Essas são algumas críticas que a gente faz com relação a esta nova proposta de Reforma Tributária.

Por fim, agradeço a oportunidade, deputado Renato. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Obrigado, Fabiano.

Informo que estamos iniciando as inscrições para ouvirmos aqueles que desejarem se manifestar a respeito da reforma tributária.

Com a palavra o senhor Rogério Mancanhão, presidente da Federação Nacional do Fisco Nacional (Fenafisco).

O SR. ROGÉRIO MACANHÃO - Inicialmente, cumprimento o presidente Renato Hinnig e o parabenizo pela iniciativa de promover esta audiência pública para debater assunto relevante e de interesse de todos, não só das entidades, mas da população em geral. Esperamos que essa iniciativa se prolifere por todo o Estado e pelo País.

Também quero saudar os deputados estaduais José Natal Pereira, Décio Góes e Sargento Amauri Soares, e especialmente o nosso deputado federal Edinho Bez. Sabemos da sua importância neste processo da reforma tributária, para o qual nos colocamos à sua disposição para colaborar. Acredito que o Edinho é um bom ouvinte e saberá traduzir na proposta que se encontra no Congresso Nacional os anseios da população em geral.

Cumprimento Glauco Corte, representando a Fiesc; Carlos Molin, representando a Fazenda; Fabiano, meu colega e presidente do Sindifisco, que belissimamente desempenha o seu papel; Sérgio Faraco, presidente do CRC; e em especial Paulo Afonso, nosso ex-governador, deputado, e conhecedor profundo das questões tributárias.

Enfim, é uma satisfação cumprimentar todos os representantes das entidades. Um abraço carinhoso aos colegas do Fisco, aqui presentes em grande quantidade, os funcionários da Casa e os representantes dos partidos.

Quero aproveitar para fazer uma breve apresentação, com a permissão do Renato, do que a Fenafisco tem trabalhado com relação a esta reforma tributária, aproveitando o que o Fabiano estampou.

Realmente, nós sabemos que a reforma tem alguns avanços. Reconhecemos alguns avanços que a reforma tem. Entendemos que o debate melhorou a qualidade do que se propõe, mas ao mesmo tempo nós temos preocupações cruciais. Nessas preocupações, não poderíamos estar aqui só criticando sem que pudéssemos apresentar algumas alternativas.

A Fenafisco (Feira Nacional do Fisco), entidade que congrega as 27 Unidades da Federação, representando mais de 35 mil filiados, trabalhou, debateu e está apresentando uma sugestão. Ao mesmo tempo, nós estamos à disposição para debatê-la em qualquer ambiente, em qualquer entidade, sem medo algum.

Eu acho que a Federação, na verdade, não tem o condão de querer trazer algo que venha beneficiar determinado segmento. Ou nós fazemos uma reforma tributária que atenda a grande massa, as entidades, os órgãos públicos e a população ou ela não tem possibilidade de prosperar.

Não queremos dizer que somos os donos da razão, em hipótese alguma, mas como o Congresso vai depurar a proposta que lá existe, nós esperamos poder colaborar com propostas alternativas.

O que a gente traz? A gente fez um estudo e trouxe os fundamentos, as justificativas e os princípios, os parâmetros, as diretrizes básicas. Depois, a gente apresentou o resumo da proposta, uma nova estrutura tributária e, por fim, a quantificação da proposta, algo diferenciador, como diz o Fabiano, algo que não foi apresentado.

Bem, vemos aqui então os fundamentos principais da proposta. Temos que entender que o sistema tributário de 1988... Com a Constituição de 1988, é do conhecimento de todos, ocorreu uma descentralização tributária, sim. Os Estados e os municípios, pela primeira vez e de forma histórica no mundo, ganharam competência legislativa em termos tributários. Isso é algo que existe em poucas partes do mundo, e o Brasil é exemplo e referência nesse sentido, uma referência positiva.

Nós visualizamos isso ocorrer: descentralização tributária, aumento da capacidade desses entes tributantes não só na área tributária, mas também com atribuição de responsabilidades. A partir de 1988 vimos ocorrer um processo inverso, e isso é do conhecimento de todos, não sou eu que estou inventando. Todo mundo tem falado nisso, é algo que mostra claramente que a União começou a trabalhar os tributos, as contribuições, aquilo que não tinha repartição direta para os Estados. Então, se avolumou a arrecadação tributária da União.

Digo mais: todo mundo fala da guerra fiscal que existe entre os Estados, e aí, sim, nós vimos uma verdadeira guerra fiscal, com a União abocanhando os tributos dos Estados e, o pior, entrando em competências tributárias específicas do Estado. Então, quando ela criou CPMF, contribuições sociais, aumentando PIS, Cofins, nós visualizamos claramente a intromissão nos tributos sobre o consumo. Isso foi o que ocorreu e é inquestionável.

E aqui a gente vê, por fim, a queda da CPMF e mais uma deturpação do IOF, um tributo cuja origem era para saneamento do sistema financeiro, depois foi usado com aspecto extrafiscal e, agora, a gente o vê vindo com um aspecto fiscal, visualizando-se principalmente o aspecto da tributação. Com isso, então, nós não temos dúvida de que ocorreu uma deturpação total dos princípios estipulados na Constituição de 1988.

Para o pessoal que defendeu o Super Simples, eu quero dizer que a Fenafisco também o defende. Nós temos a concepção de que o tributo tem que ser olhado(*sic*) nas questões sociais e que as pequenas empresas têm que ser olhadas com um olhar diferenciado; agora, o que criticamos é a forma como é feito. Sabemos muito bem que a questão dos benefícios fiscais para as microempresas pode ser resolvida aqui, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Não precisa ser desenvolvida e debatida nacionalmente.

Então, nós o defendemos, e a proposta da Fenafisco estampa um direcionamento específico para as microempresas, mas que ela seja debatida aqui na Assembléia e não no Congresso Nacional. Os benefícios têm que ser dados onde eles ocorrem. Portanto, nós queremos retribuir ou, vamos dizer assim, devolver essa competência originária das Assembléias Legislativas.

O que está se criando então? Está se criando um IVA federal abrangente, muito amplo, leve, feito através de lei ordinária. Aí vamos entender que vamos acabar com o ICMS, porque vai ter que ser criado um novo ICMS através de lei complementar federal, legislado inteiramente pelo Congresso Nacional, com iniciativa inclusive do presidente da República. Quer dizer, acabamos definitivamente com o pacto federativo no País. Se essa proposta prosperar, interpretamos que temos que refazer a Constituição Federal, o que está no artigo 60, parágrafo 4º, item I, que mostra o aspecto do federalismo, Isso deixou de existir.

Então, estamos acabando realmente com aquilo que ouvi muitos defenderem aqui na mesa: o restabelecimento do pacto federativo. Aí é o processo inverso, e essa é a grande preocupação em relação a esse projeto.

O que estampou a necessidade desse projeto? A gente vê que houve argumentos muito fortes, sólidos, que marcaram e que a sociedade até mesmo entendeu-os como salutar.

Assim sendo, quais foram as premissas básicas para que esse projeto fosse apresentado? O primeiro argumento é que existe uma grande diversificação de alíquotas. O ICMS tem alíquotas de toda espécie, tem muitas alíquotas, então ele torna o sistema complexo. O segundo é que tem a tal da guerra fiscal. Há muitos benefícios fiscais, e aí os Estados estão vivendo uma verdadeira autofagia, estão se comendo, fornecendo benefícios, e como isso é um causador, automaticamente leva a uma proposta diferenciada: que a União englobe todo o complexo do ICMS. O terceiro grande argumento se refere à complexidade do ICMS. Afinal de contas, existem 27 legislações, cada Estado tem a sua legislação específica, e isso seria um problema muito sério para a comunidade como um todo.

O que argumentamos para mostrar que não é bem dessa forma? O IVA que se está pretendendo criar é baseado numa experiência européia, é baseado no ocorre na Comunidade Européia. Verificamos nesse sistema tributário da Comunidade Européia, por exemplo, que na França existem treze alíquotas, ou seja, é um país de Primeiro Mundo que tem treze alíquotas e que funciona perfeitamente. E tem benefícios? Tem. A Itália fornece benefícios aos pequenos produtores; Portugal tem alíquota especial aos produtos que são naturais e que têm a força de produção portuguesa, como é o caso do leite e do vinho. E podemos verificar muitos outros benefícios que ocorrem em toda a Comunidade Européia.

Aqui a gente sofre, vocês sabem disso. O pessoal que trabalha principalmente voltado à produção agrícola sabe quantos benefícios, quantos incentivos se têm na Europa e nos Estados Unidos em relação à entrada de produtos primários, produtos agropecuários. Isso porque se tem benefícios concedidos de uma forma muito abrangente no Primeiro Mundo. Verificamos isso também que nas zonas francas.

Com relação ao problema dos benefícios fiscais, a guerra fiscal existe. Hoje foi criado o Tribunal de Bruxelas para resolver o problema; também estão criando um órgão muito parecido com o Confaz, cuja tendência é resolver essa questão entre os Estados que são membros da Comunidade Européia.

Em relação à complexidade das legislações, se lá tem 25 legislações diferentes e estão funcionando, por que aqui não podemos ter 27, uma para cada Estado? O que acontece com isso? A gente teria que fazer uma analogia: cada Estado da Federação estaria no mesmo patamar de um país na Europa. E se lá entre países funciona, por que num país só e entre Estados diferenciados não pode funcionar com perfeição? Essa é uma analogia que, na nossa concepção, é indiscutível. E a gente tem que analisar que o princípio da livre iniciativa também deve imperar, porque senão estaremos fazendo um país único.

E quais são os argumentos que defendemos? Que o tributo, indiscutivelmente, é um fato e um ato complexo. Quer dizer, há muitas variantes para se fazer um sistema tributário, tem que se analisar os aspectos econômico, político, jurídico, social, além de muitos outros fatores. Se a gente não tiver essa amplitude de visão, com certeza vamos fazer um sistema capengo.

E guerra fiscal, pessoal, existe no mundo todo, não é privilégio do Brasil, ou "desprivilegio", ou pretensão. Também existe na Europa, nos Estados Unidos. E nos Estados Unidos há uma briga de competência tributária muito pior do que no Brasil: os Estados competem com a União em cima do imposto de renda.

Estive num evento em São Paulo em que o Canadá demonstrou claramente que tem problemas com a guerra fiscal. Então, isso também não é o fim do mundo, e a gente tem que saber trabalhar isso.

Acredito que a proposta que a Fenafisco traz há de resolver 100%, embora a gente nunca saiba. Mas esperamos poder contribuir muito para a solução do problema da guerra fiscal no País. Agora, indiscutivelmente, o que não pode deixar de existir é o nosso federalismo.

Então, em hipótese alguma, não pode existir um sistema tributário em que os Estados não tenham competência tributária originária, em que eles não possam arrecadar, legislar, cuidar dos seus tributos; e ao mesmo tempo os municípios. Se invertermos esse processo, estaremos jogando no lixo toda a história do federalismo fiscal existente neste nosso país.

Aqui queremos mostrar como funciona hoje, como ocorreu em termos de arrecadação, para que não se corra o risco de viver o período provinciano, no qual quem era "amigo do rei" tinha algum benefício. Se voltar esse período, Estados e municípios vão ter que ficar mendigando recursos a vida inteira, vão ter que sempre buscar esses recursos da União.

Aqui, na tributação sobre o consumo, numa análise feita em 2006, os números fechados que a gente tem são os seguintes: o IPI representou 8,44% da arrecadação; o Cofins, 27,69%; o PIS/Pasep, 7,27%; a Cide, 2,17%; o ICMS 49,6%.

Ainda hoje o ICMS continua sendo ainda o maior tributo nacional, superando, inclusive, o imposto de renda em termos de arrecadação.

Então, isso que vocês vêem aqui é só a análise dos tributos sobre o consumo. Este gráfico *(aponta para a imagem)* mostra que se houvesse tributação sem as contribuições, os Estados teriam um volume considerável. Com as contribuições, os Estados ficam praticamente com 50% e a União e os municípios juntos com os outros 50%.

O Fabiano deixou claro aqui a possibilidade de extinção desse modelo. Por quê? Porque o IVA é amplo e o ICMS é restrito. Toda a legislação vai ser feita dentro do Congresso Nacional, havendo uma tendência da unificação com a União tomando conta de 93.20% da arrecadação tributaria nacional. Aí acabam Estados e municípios, e o Paulo Afonso deve estar preocupado, porque foi um grande defensor dos municípios, do federalismo. Portanto, realmente deixará de existir esse sistema no País, conforme mostra este gráfico.

O que a gente precisa fazer em relação a essa reforma? Precisa obedecer a alguns princípios básicos: *eqüidade* (o tributo tem que ser analisado com senso de justiça); *neutralidade* (ele não pode interferir na economia de uma forma muita ampla, tem que manter um equilíbrio); *capacidade contributiva (*aquele que tem maior potencial de arrecadação tem que ser tributado com mais força, e se não se obedecer a esse princípio, estaremos acabando com o aspecto social do tributo); *legalidade* (é inquestionável, nem se discute mais isso: todo tributo tem que ser discutido e passado por esta Casa, não pode ser feito através de decreto, por isso defendemos com muita força o restabelecimento das Assembléias Legislativas do País); *anterioridade* (o IVA federal não obedece ao princípio da anterioridade, e todos os tributos têm que obedecer a esse princípio, ou seja, têm que ser aumentados num ano para poder valer só no ano seguinte - e isso é algo que dá segurança jurídica ao processo e tranqüilidade ao contribuinte); *isonomia* (tratar iguais aqueles que estão em situações semelhantes); *irretroatividade* (o tributo só pode vir para fatos futuros, nunca buscar o passado de uma nova tributação); *transparência* (algo que a gente prega e estampa nessa nossa proposta); *não-cumulatividade* (isso hoje é uma tendência mundial, porque para que ocorra essa maior abrangência tributária, o tributo tem que ser não-cumulativo, tem que ser dissolvido nas diversas etapas tributárias); *imunidade recíproca* (em hipótese alguma um ente tributante pode tributar o outro, porque senão estaremos numa guerra maior ainda); *progressividade (*deve haver uma progressividade maior em muitos tributos, que hoje sai reduzida); *seletividade* (quando se fala em tentar reduzir alíquota, a seletividade é um aspecto importantíssimo, porque o tributo tem que recair com mais força nos produtos supérfluos, quer dizer, tributar menos os produtos consumidos pela população carente e mais os produtos consumidos por uma população mais elitizada); *não-confisco* (algo também inquestionável, porque o tributo tem que ser realizado, os Estados, a União e o municípios precisam dele, mas em hipótese alguma ele pode ser visto como expropriação direta do patrimônio das pessoas).

Portanto, foi nisso que a gente se baseou ao trazer esse projeto da Fenafisco, que é tratado com simplicidade, sim, mas isso não quer dizer que ele seja simplista, porque o tributo é complexo. Se a gente quiser fazer um único sistema muito simples, aí, sim, nós vamos estar jogando no lixo todo o sistema tributário brasileiro.

Então, quando a gente traz uma proposta de simplificar, está refazendo o sistema tributário como um todo, reorganizando-o. Ao mesmo tempo, entendemos que ele tem que tratar dessa racionalização no conjunto das normas infraconstitucionais também, não só nas constitucionais.

A gente prega uma tributação mista: uma parte no Estado de destino e outra no Estado de origem. Sem dúvida alguma, a nossa grande bandeira é a defesa do Estado federado, com autonomia, com a competência tributária nas três esferas, para que as Câmaras de Vereadores possam trabalhar a questão tributária no município e as Assembléias Legislativas tenham esse poder com muita personalidade e força. É isso o que a gente tem como idéia principal.

A Fenafisco entende que nem os Estados, nem os municípios nem mesmo a União podem ter um decréscimo volumoso na arrecadação de uma forma imediata. Então, tem que haver uma pequena queda, e que essa queda seja paliativa com o passar do tempo. Essa é a idéia nessa proposta da Fenafisco, porque senão também inviabilizam-se as instituições públicas, e aí, com certeza, proposta alguma passará.

A gente defende que a informação não fique centrada só na União, que ela também seja passada de forma direta para os Estados e municípios. Também visamos à humanização tributária internacional, para que possamos também tratar a racionalização dos incentivos fiscais via controle legislativo. Quer dizer, qualquer benefício fiscal tem que ser tratado no nosso Parlamento, conforme o bojo da proposta.

Outra diretriz que a gente entende interessante citar é que defendemos que o produto primário não renovável seja tributado. Por que isso? Porque a gente vê nossos recursos naturais sendo mandados para fora do País, e nunca mais iremos recuperá-los. Então, tem que haver tributação nesses produtos não renováveis, sim, para o bem do País, para o bem de todos nós. Outra diretriz observada na nossa proposta é a educação fiscal, e isso é algo que tem que estar bastante claro. O tributo tem que ser transparente e, ao mesmo tempo, acessível à população. A população precisa ser esclarecida; caso contrário, podemos perder a oportunidade de mostrar isso com muita clareza numa reforma tributária.

A gente também trata com seriedade o crime de sonegação fiscal, algo que prejudica principalmente o contribuinte sério. Então, ou se trata com seriedade a questão do crime de sonegação fiscal ou se prejudica aquele contribuinte que tem desempenhado a sua função em termos de atendimento ao Estado. Ele realmente é o maior prejudicado.

Em relação ao IVA, defendemos a cobrança mista, e temos os dados numéricos para mostrar o que isso representa em termos de cada um dos Estados, o que acarreta essa tributação mista. E aí a gente faz uma crítica em defesa principalmente de segmentos da sociedade, do empresariado, que criticam muito o aspecto indiscriminado da substituição tributária. O contribuinte e o empresário reclamam não só do excesso de carga tributária mas também da burocracia, reclamação que a gente está tentando resolver com a unificação de tributos nessa proposta, acima de tudo também com essa antecipação.

Se ele paga um tributo e há uma demora de trinta, sessenta dias para o retorno, então ele está fazendo uma antecipação financeira para o Estado, e aí a gente tem um aspecto crítico, principalmente em relação à remissão e à anistia, já que é uma injustiça para aqueles que apresentaram e contribuíram no seu dia-a-dia de forma eficaz.

Bom, pessoal, aqui temos o resumo da proposta, que procura dar mais racionalidade a esse sistema tributário, e aí a gente muda toda a competência tributária que está estampada na Constituição Federal. Queremos refazer o sistema tributário, reorganizá-lo, porque a gente vê lá dois artigos com o mesmo número (artigo 149 e 149 A), vê agora nessa proposta artigo 155, artigo 155 A, sessão IV, sessão IV A...

Então temos que reorganizá-lo, e começa por essa simplificação, deixando-o mais didático, fácil de entender, e a proposta da Fenafisco traz isso. De forma bastante breve, a gente quer organizar o sistema tributário definindo todos os tributos existentes no artigo 145 e fazer uma grande modificação no que se refere às competências.

Portanto, a gente quer observar as aptidões de cada ente tributante. Então, a gente unificaria na União os tributos, que são, principalmente, os de renda, de movimentação financeira e regulatórios. O Estado ficaria com um único tributo, que seria o IVA; todos os tributos que se referem a consumo ficariam na competência dos Estados. Os municípios pegariam todos os tributos sobre o patrimônio. Quer dizer, o Estado passaria para os municípios o IPVA, O ITCMD, e a União passaria o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Então, ele ficaria naquilo em que tem facilidade maior de organização, de administração. Ele tem controle patrimonial muito maior e mais fácil. O Estado tem um conhecimento na área do ICMS, que é o nosso maior tributo sobre o consumo. A União ficaria com os tributos macro, e é isso que a gente pretende com essa proposta.

Teríamos, ainda, toda a distribuição de como ficaria o sistema e a quantificação para mostrar que isso é viável e possível, só que vamos mudar o foco. O que vai ocorrer? Cada ente vai ter que repassar uma parcela de tributo para outro, mas a gente vai ver o processo do federalismo funcionar. O Estado é que vai ter que repassar uma parcela para a União, para que ocorra o equilíbrio das relações sem que ocorra aí um desmantelamento dos entes tributantes como um todo.

Pessoal, estou inteiramente à disposição, e volto a dizer: nós podemos debater tanto o projeto do governo como o da Fenafisco, e agora surgiu um novo no Senado federal, apresentado pelo Francisco Dornelles. Acho que se não debatermos, se não estivermos prontos para criticar o que existe, não estaremos prontos para o crescimento, que é a nossa proposta.

Muito obrigado ao Renato e à Assembléia pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Obrigado, Macanhão.

Quem quiser ter mais informações a respeito dessa proposta, pode acessar o *site* da Fenafisco, inclusive tem ali a proposta que está tramitando na Câmara.

Abrindo agora à manifestação para a plenária, com a palavra o primeiro inscrito, o ex-governador Paulo Afonso Vieira.

O SR. PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA - Boa-tarde a todos.

Quero cumprimentar o deputado Renato Hinnig, meu colega e amigo, e peço licença a todas as autoridades da mesa, políticas, empresariais e sindicais, para cumprimentá-las por extensão, bem como aqueles que estão aqui na platéia.

Esse é um tema que eu acompanho há muitos anos, e por mais paradoxal que seja o que eu vou dizer, a verdade é a seguinte: embora eu não acredite mais, ainda acredito, tanto é que eu, sabendo desse encontro, vim aqui para poder participar, ouvir, aprender e, eventualmente, discutir os temas relativos à reforma tributária.

Na legislatura passada, em que eu tive a honra de ser deputado, com muita pompa e circunstância apresentou-se ao Congresso Nacional uma proposta de reforma. De novo nós estamos vendo isso, mas vejo agora, deputado Edinho, uma diferença enorme e uma oportunidade que não pode ser perdida. Nós temos agora dois requisitos que viabilizam uma reforma tributária (e não quer dizer que seja necessariamente essa): primeiro, numa vertente política, a presença ou a existência de um presidente da República, de um líder nacional com altíssima credibilidade popular e força política para implementar reformas que desejar. Todas. Pena que ele não esteja aproveitando isso na extensão em que deveria. Esse é o ponto número um. O segundo é que nós temos um momento econômico favorável. Em momentos pretéritos, a reforma tributária, sempre que falada, gerava uma reação violenta dos entes federativos, porque só tratava de dividir a miséria nos momentos recessivos, como vivemos ao longo de duas décadas.

Então, toda vez o assunto se encolhia, porque a resistência brotava de forma violenta. Agora, não, porque, como dizia, nós temos duas circunstâncias: uma credibilidade política enorme do presidente da República e um momento econômico favorável.

E nós temos um exemplo que eu acho fantástico: a CPMF, uma coisa que precisa ser vista por todos aqueles que vão fazer a reforma. O governo dizia: "Não posso viver sem a CPMF! Se a CPMF desaparecer, o governo termina!" E a Oposição, claro, queria colher popularidade acabando com a CPMF, mas nas internas ela dizia: "Vamos acabar com a CPMF, porque daí o governo não tem dinheiro, o governo termina e nós ganhamos a outra eleição." Acabou a CPMF e não acabou o governo. É um negócio fantástico! Estavam todos errados! Não houve uma pessoa que dissesse...

Eu fiquei pensando assim: se o Lula soubesse, se alguém lhe tivesse dito: "Presidente, acabe com a CPMF, nós vamos ter mais arrecadação, o País não vai acabar. Acabe o senhor! Não deixe que o Congresso acabe!" Mas não... Então, nós temos agora condição de mexer nas coisas.

Eu fico um pouco indignado porque toda vez que se fala em reforma tributária, é o ICMS. O ICMS que é a reforma, a tal da guerra fiscal. E não é defender posição de ex-governador, eu disse várias vezes em Brasília que só existiu guerra fiscal diante da inércia, da incompetência de governo federal. Quando o governo federal tem atuação de política de desenvolvimento, de combate ao desequilíbrio regional, de geração de medidas que vão desenvolver regiões depressivas, não tem guerra fiscal. A guerra fiscal é uma reação de prefeitos e governadores à inércia do governo federal, essa que é a grande verdade! Mas como isso tem um subproduto de prejuízo e soa bem dizer: "Não, porque vejam, estão se matando... Goiás, Mato Grosso, Piauí, todo mundo se mata, vamos acabar com isso..." Mas o problema não é o ICMS, não é o governador, não é o prefeito, é a ausência de políticas públicas, que, somadas à recessão, faziam com que a coisa ficasse muito ruim.

Então, acho que nós temos que mexer um pouco no foco disso. E o espírito, Edinho, que vai ser o presidente, né, é voltar ao que escreveu a Constituição de 1988. Foi a primeira coisa que o meu presidente... Eu tive a honra de ser secretário da Fazenda no momento da implementação daquilo. O constituinte, talvez tenha feito muitas coisas de errado, mas aquilo ele escreveu com uma competência, com um equilíbrio, com uma sabedoria! E nós criamos um sistema tributário relativamente justo, de boa distribuição de renda, de relativa simplicidade. Infelizmente, nos anos subseqüentes, de modo especial (e me permitam a franqueza) no reinado do Fernando Henrique, se estuprou a Constituição com a criação de uma série de contribuições para aumentar a tributação sem retribuir, sem compartilhar com os Estados e os municípios. E aí começou tudo.

Então, a reforma pode começar ao contrário! Vamos unificar essas coisas federais! Vamos acabar com essa parafernália que se criou para tributar mais e dividir menos. Vamos acabar com essa parafernália que se criou para tributar mais e dividir menos. Precisamos acabar com isso! Só isso aí já dá uma revolução enorme, uma mudança brutal: transformar tudo isso numa coisa só, federal, e deixar o ICMS. Vamos ajustar aqui, acolá, melhorar, mas deixa lá.

Então, Edinho, tem que se simplificar esse negócio e mudar a vertente, mudar o foco. Não é o Estado... O problema não está no ICMS, não está na guerra fiscal, não está na Assembléia Legislativa, não está no governador, que quer fazer o melhor para o seu Estado, não está no prefeito... Não é esse o problema! O problema não começou aí!

Então, queria lhe sugerir: quando abrir a sessão lá da Comissão, diga que faz vinte anos que não temos uma oportunidade tão boa de fazer uma reforma tributária, e como não somos profetas, não sabemos quando é que vamos fazer novamente, por isso vamos aproveitar este momento agora e fazer a reforma, mas vamos olhar bem o que vamos fazer.

Era essa a minha modesta contribuição. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Muito obrigado.

Concedo agora a palavra ao senhor Altaídes Veiga, diretor-presidente da Abrapi.

O SR. ALTAÍDES VEIGA - Renato, demais membros da mesa e convidados, nós agradecemos pela oportunidade em participar desta audiência e parabenizamos pela iniciativa.

A Abrapi é a Associação Brasileira dos Pagadores de Impostos e se une a iniciativas das demais entidades do Brasil para buscar com o governo a redução da carga tributária, a simplificação do sistema tributário nacional, a desoneração da folha de salários para motivar a contratação de mão-de-obra, a melhoria dos serviços públicos e também a redução da máquina, que entendemos estar um pouco inchada em nível nacional.

Nós conversamos com algumas lideranças, Glauco, e entendemos que precisamos uniformizar a linguagem da Federação catarinense, da paulista, enfim, das de todos os Estados para chegarmos com a mesma proposta em Brasília, porque se cada Estado levantar uma proposta, e elas forem divergentes, é possível que o governo diga: olha, a nossa é melhor.

A CPMF caiu porque houve unidade na busca dos argumentos, foi por isso que conseguimos.

Edinho Bez, estamos vibrando para que sejas o presidente; Santa Catarina estará bem representada. Conte conosco!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Antes de passar a palavra aos últimos inscritos, gostaria de registrar a presença do senhor Gelsoni Albino, secretário executivo da Amures, de Lages, e do prefeito de Gaspar, Adilson Luís Schmitt, representando a Fecam.

Com a palavra o senhor Júlio César Hess, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas da Região de Florianópolis.

O SR. JÚLIO CÉSAR HESS - Uma boa-tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o deputado Renato Hinnig por esta troca de idéias sobre o sistema tributário do País, cumprimentar todos os componentes da mesa e os amigos da platéia.

Nós, da Federação de Transportes, também temos várias sugestões para colocar em discussão, mas percebemos aqui que as idéias são praticamente parecidas em todos os setores, a Ufisco, a Fiesc, a Federação, o sistema todo. A minha sugestão era a mesma do orador que me antecedeu, qual seja, termos um banco de dados para o qual todos os setores encaminhariam suas sugestões e de onde a gente formularia uma única proposta para termos força no Congresso.

Era essa a minha sugestão, ou seja, que a gente tivesse um *e-mail*, alguém que unisse todas as nossas sugestões para depois encaminharmos ao Congresso, reforçando todos os setores, envolvendo as outras federações dos Estados. Com isso a gente teria mais força. Mas seria importante que em Santa Catarina, através desse primeiro passo, fosse criada uma estrutura nesse sentido.

Muito obrigado e uma boa-tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Obrigado, César.

Com a palavra o senhor Adilson Luís Schmitt, prefeito de Gaspar, neste ato representando a Fecam.

O SR. PREFEITO ADILSON LUÍS SCHMITT (Gaspar/SC) - Senhor deputado Renato Hinnig, em seu nome cumprimento todos os membros que compõem esta mesa eclética; senhoras e senhores; governador (*sic*) Paulo Afonso - e desculpe-me por ter cumprimentado primeiro o deputado -, os meus cumprimentos a todos.

O prefeito Dávio Leu, de Massaranduba, presidente da Fecam, deu-me esta incumbência, porque no encontro de Balneário Camboriú tinha um folheto sobre o encontro que iria ocorrer do Confaz-M. De todas as marchas das quais participei, este foi o assunto que dei menos atenção. E o Confaz-M deu uma demonstração na cidade de Vitória, nos últimos três dias, quarta, quinta e sexta, da união de esforços dos prefeitos, que são os que mais apanham, os que mais são castigados e criticados, ficando com mais ônus e bem pouco bônus.

O Estado do Espírito Santo é um misto de baiano, mineiro, paulista e carioca, e eles, muito hábil e sabiamente, possuem hoje dez portos, recebendo e exportando um grande número de produtos. A própria (*ininteligível*) do Sul recebe o produto do porto de Tubarão, do Estado do Espírito Santo.

Dito isso, há um ano instituímos a Egem - Escola de Gestão Pública Municipal -, um braço da Fecam, da qual sou presidente desde maio de 2007. E quando se fala em reforma tributária, a preocupação de todo prefeito é bem clara: onde eles irão mexer? No bolso dos prefeitos. Isso é claro!

Eu tenho 40 anos, sou prefeito eleito pela primeira vez, não vou mais à reeleição, já abri mão (por isso aquele bilhete ali), saí do PMDB porque... Eu não lembro o nome do último palestrante, do Sindifisco... Sobre sonegação, se me permite uma parte, eu fui cair na besteira há um ano, não é, Marcos, de ir a uma "rádia", que é a mulher do rádio, e citar doze empresários. Lembra, Décio Góes? Isso me rendeu 25 processos, senhor Glauco Corte. Mas hoje li no jornal Valor Econômico, da última quinta-feira, que o Estado de Santa Catarina, conforme diz Almir Gorges, cresceu 101% a arrecadação no setor de supermercados, somente no primeiro bimestre de 2008. E quando eu fiz a denúncia, só não me chamaram de santo, porque de resto... E a única pessoa que foi me salvar no Deic é este moço que está aqui. É verdade ou não é?! Eu fui no Deic denunciar todos. Botei fora a minha reeleição, mas a minha alma está lavada. Botei fora a minha filiação no PMDB? Não, saíram comigo do partido, Paulo Afonso! Mas eu fui para o 40, um pouquinho mais perto do PMDB, mas estou lá. Eu espero que tenha valido a pena, porque só aqui (*mostra jornal*) diz que R$ 80 milhões a mais entraram neste Estado (está escrito no jornal Valor Econômico, de quinta-feira). Eram dez e meia da noite e eu estava lá, sentado, depois de ter perdido uma votação na Câmara por 9 a 0 para a abertura de uma CPI sobre a minha cassação, Décio Góes! E eu não fiz nada! Nem a (*ininteligível*) e querem me cassar, porque o meu financeiro e o meu procurador cercaram uns funcionários para conversar e alegaram cerceamento de espaço e sei lá o quê! E perdi de 9 a 0. Até o meu vice-prefeito me traiu. Por isso o jornal (*ininteligível*) colocou: "Prefeito e vice rompem!" Porque eu não sou filho de chocadeira e honro os votos que recebi.

Agora, voltando ao assunto da Fecam, me disseram para vir aqui hoje; deram-me até um folheto para falar bem pouco aqui. Nós concordamos que a reforma tem pontos positivos, como muitos aqui já falaram, mas, Edinho Bez, eu não sei se você foi prefeito, olhando daqui só vejo o Décio Góes... Mais alguém já foi prefeito? Alguém já foi prefeito ou está prefeito? Eu tenho uma preocupação muito grande.

Nós vamos fazer um encontro em Xanxerê, no próximo dia 10, com todos os prefeitos do Estado de Santa Catarina, que é a prévia para a Marcha a Brasília. Todos pensam que a Marcha a Brasília é para gastar dinheiro, como diz a "rádia" lá em Gaspar, que é a mulher do rádio, que é para tirar diária. Quer dizer que eu paguei meu celular (*ininteligível*) minha vida inteira (*ininteligível*) bonito no último ano, que eu não sou mais candidato. Mas há uma preocupação muito grande que ninguém citou aqui: existe o FEF, se não me engano, ou FED, uma coisa assim, em que só 5% estão destinados aos Estados do Sul, e isso é preocupante. Nada contra o Nordeste, nada contra o Norte, mas eles que vão trabalhar e produzir, que com certeza terão muito dinheiro. Porque eu vi o Estado do Espírito Santo, um Estado rico, mas pequeno em extensão territorial.

A retenção do IO Federal é uma preocupação grande, especialmente na questão da seguridade social, sendo reduzida de 20% para 14%. E mais do que nunca deixar para os municípios o ISS, pelo amor de Deus! Porque é o único imposto hoje que nós temos condições, além do IPTU, do ITBI e do Alvará.

A minha cidade tem 55 mil habitantes e fica no Vale do Itajaí; nós estamos espremidos por todos. A ponte ali em Navegantes está fechada para reforma, sobre o rio Itajaí-Açu, e estão passando por dentro da nossa cidade, Paulo Afonso, Edinho Bez, Renato Hinnig e Décio Góes, somente trinta mil veículos por dia. Isso é um... é um nada! Daí o prefeito consegue colocar uma ponte, não é, Edinho, junto com Ilhota, mas aí dizem que eu pedia (*ininteligível*), mas Ilhota ganhou e eu não ganhei. Então, se aqui eu pedi errado, na mesma hora, no mesmo local, lá estava Alcântara Corrêa, presidente da Fiesc. Abriu espaço, estava Ricardo Stodieck, aí apresentaram a proposta este ano de novo, Edinho, e levaram a história de que só poderiam ser dezoito emendas, e como nós estávamos na décima nova, novamente ficamos de fora, mas tudo bem!

Gaspar é o 23º município em arrecadação tributária, o 15º em geração de empregos... Eu mandei fechar, não! A minha equipe fechou um supermercado em Gaspar - quem conhece Gaspar? -, o Zoni Mais, ali na rotatória, que vem a ser do primo da minha esposa. Lacrei o supermercado, não, foi lacrado porque não tinha alvará. E o senhor vai estar em Gaspar, o Antônio (?) ou vão lá resolver com os contadores, e que me perdoem os contadores, os contabilistas, mas ou vão ajudar Gaspar a sair desse problema sério e melhorar a sua arrecadação ou, então...

Ontem nós acabamos com um feirão de carros, porque não tinha alvará. Eu tirei o meu procurador da cama às sete horas da manhã, o meu diretor de Tributos e larguei-os na estrada, como diz o peão de trecho. Eles só voltaram a Gaspar às seis horas com a liminar cassada aqui no Tribunal de Justiça. Ou se moraliza, de uma vez por todas, a reforma tributária, dando voz e vez aos municípios, ou, então, vamos rasgar esses papéis e criar novamente os intendentes e vamos para casa, porque a minha posição é ser (*ininteligível*).

Muito obrigado e uma boa-tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Obrigado.

Vamos ouvir, agora, o senhor Luiz Carlos Furtado Neves, presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc).

O SR. LUIZ CARLOS FURTADO NEVES - Boa-tarde a todos. Inicialmente quero cumprimentar o deputado Renato Hinnig e os demais componentes da mesa e agradecer pelo convite.

Gostaria de dizer que é necessário o envolvimento da classe empresarial e da classe política nesse momento tão importante, de decisões que vêm ao encontro de uma grande necessidade que há muito tempo vem sendo sonhada, principalmente pela classe empresarial. E aqui nós escutamos cada segmento, dentro do seu conhecimento e da sua necessidade, defendendo e se mostrando conhecedor de cada matéria. Eu acho que este é o momento importante de envolvermos cada um desses estudiosos, cada um desses especialistas, para que possamos contribuir com o Brasil através do grande exemplo que Santa Catarina é, como um Estado empreendedor e bem estruturado.

Não acredito que todo o Brasil gostaria de ter como referência o seu Estado quando não está numa situação confortável. (*Sic*) Acredito que cada cidade, cada Estado, gostaria de ser referência naquilo que se julga melhor. Nós, no Brasil e em Santa Catarina, temos várias cidades e vários Estados sendo referência, e como referência temos categorias, temos políticos, temos técnicos, temos empresários. E os empresários de Santa Catarina, pela sua competência, foram buscar, através da exportação, um grande mercado, que hoje, infelizmente, está grande parte perdido pela falta de competitividade em cima do câmbio e também porque, nessa promessa de que gato escaldado tem medo de água fria, não acredita nesses créditos que poderão vir no futuro, nesta nova reforma.

Então, uma grande preocupação das nossas associações, que estão hoje em 144 municípios de Santa Catarina, e onde tem uma associação empresarial tem um empresário voluntário trabalhando em prol do desenvolvimento, junto com outras entidades aqui representadas, que têm o principal, que é a credibilidade da classe e a credibilidade de cada segmento. Então, a minha preocupação como presidente da Federação, dadas as diversas manifestações que tenho recebido de cada cidade, de cada segmento, de cada região, é que principalmente nós possamos manter, em nível de Santa Catarina e em nível de Brasil, a competitividade e a sobrevivência das nossas empresas.

O Faraco colocou muito bem o que não se colocou em nenhum momento: a redução do gasto público. Sempre que passamos por dificuldades, nós voltamos a apertar nas nossas empresas o gasto, a demitir quando necessário. Sabemos que, infelizmente, o governo não tem esse artifício e tem que abraçar uma grande quantidade de servidores sem poder demiti-los, e num momento difícil, fica complicado enxugar a máquina. Mas eu acredito que através dessa equipe que se faz presente, através dos deputados, através, principalmente - e fomos felizardos por termos sido premiados com a indicação do nosso deputado Edinho Bez para a Comissão -, do deputado Edinho, teremos acesso a essa Comissão e poderemos contribuir, como todos os senhores estão contribuindo aqui hoje.

Eu gostaria que cada cidade, cada líder empresarial, cada segmento se fizesse presente nas próximas reuniões, porque a união da classe empresarial, a união da classe política, a união das lideranças deste Estado, com credibilidade, é que farão a diferença fazendo com que Santa Catarina também possa contribuir com essa reforma, a fim de que não sejamos mais uma vez enganados pelo tempo, pela pressa e pelo sonho.

Nós temos condições e merecemos cobrar e exigir uma proposta coerente que dê ao município, ao Estado, ao País e, principalmente, ao empresário que paga a conta, a competitividade de manter seus negócios e competir não mais com o seu município vizinho, não mais com o seu Estado vizinho, mas com o mundo globalizado que está nos atropelando a cada dia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Muito obrigado.

O deputado Edinho está me comunicando que daqui a pouco terá que ir para o aeroporto. Mas antes de passar a palavra a ele para as considerações finais, gostaria de ouvir o deputado sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO AMAURI SOARES (SC) - Boa-tarde a todos os senhores e a todas as senhoras presentes, aos nossos companheiros e colegas dirigentes empresariais, aos trabalhadores aqui na mesa e ao ex-governador Paulo Afonso Vieira.

Vim aqui também para acompanhar, para ver o que se está falando a respeito desse assunto em nível federal. Gostaria muito que o nosso Poder Legislativo estadual tivesse mais poder de decisão sobre questões importantes para a nossa sociedade. Até fiz um comentário há pouco, com a pessoa que estava ao meu lado, quando se falou a respeito disso: mas já não pode quase nada e se ainda vai se tirar mais algum poder do Legislativo estadual, ficaremos à mercê do que está acontecendo em Brasília. Em algumas questões, acaba tendo menos poder que as Câmaras de Vereadores, no âmbito municipal, evidentemente. E nós temos, portanto, que trabalhar no sentido de nos fortalecer como instituição para justificar a existência de um Poder Legislativo em cada Estado, para, a exemplo do que falou o prefeito de Gaspar, aqui também indicarmos meia dúzia de conselheiros que possam dizer: sim, senhor; não, senhor, para os projetos que venham do Executivo.

Eu não pretendia me inscrever, mas resolvi fazê-lo porque vi duas ou três pessoas dizerem que servidor público é problema. Alguém disse diferente: não, é o inchaço da máquina, ou alguma coisa parecida com isso. Então, se vamos discutir o inchaço da máquina falando de estrutura de cargos comissionados, de mais ministérios, de mais secretarias estaduais, de mais secretarias municipais, quem sabe eu possa estar de acordo. Agora, vir aqui dizer que o problema é porque tem muito servidor público ocioso, isso não é verdade! E aí tem a ver, sim, com reforma tributária!

Os Estados estão minguando na sua capacidade de atender na área da segurança, da qual sou originário, da qual pertenço; o Poder Público tem perdido a capacidade de dar respostas na área da educação e na da saúde. O Estado não está inchado de servidor público para atender a população, pelo contrário, o Estado está abrindo mão de responsabilidades que são constitucionais. Eu não queria pegar nenhum exemplo específico, mas tem para todas as esferas de governo federal e de governo estadual, e isso não é de agora, tem vinte anos essa onda. Está-se privatizando, terceirizando, entregando para grupo privado, muitas vezes para amigos, a gestão do serviço público, inclusive em áreas vitais da saúde.

Então eu penso que discutir reforma tributária é importante, mas é importante que nós, como representantes dos trabalhadores nos poderes instituídos, estejamos atentos para que mais uma vez, como já é moda nos últimos vinte anos, o serviço público, mas não o serviço público da máquina inchada que falam, mas aquele de prestar o serviço na ponta para a população, que é o que garante o nível civilizatório de uma sociedade, como o policial militar, o bombeiro que está lá na ponta atendendo a população; os professores que estão em sala de aula ou que estão garantindo a estrutura de educação; os servidores da área da saúde, que cada vez mais estão em menor número para atender uma população cada vez mais desassistida... E nós temos aqui, na Grande Florianópolis - eu não quero entrar nessa questão específica -, terceirizações, privatizações de laboratório com a multiplicação em muitos percentuais, centenas de percentuais de tempo necessário de espera para ter um exame. Isso nós estamos vivendo agora!

Então, se a reforma tributária for necessária, e não estou discordando da sua necessidade, da sua importância, temos que inverter esse foco, pois a população não pode ser penalizada sempre. E entendo que quando se diz que tem muito servidor público, portanto a lógica seria diminuir o número de servidor público, digo que já está sendo diminuído a partir da não-contratação. Temos hoje, na Segurança Pública, o mesmo número de servidores que tínhamos em 1986, quando entrei. Então, proporcionalmente, nós já estamos diminuindo.

Essas questões também são importantes que sejam percebidas. Não estou dizendo que a responsabilidade é de *a* ou de *b*, é de uma lógica que busca colocar sob o poder, sob, abaixo, da iniciativa privada todas as iniciativas que possam gerar lucro, e o Estado não tem que funcionar com essa lógica. O atendimento em saúde, educação e segurança não pode funcionar com essa lógica, porque senão a população tem muito prejuízo, como já está tendo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Antes de passa a palavra ao deputado Edinho para as suas considerações finais, gostaria de registrar a presença do senhor Alexandre Silva, do Núcleo das Empresas de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, sediado na Aemflo, e também informar que recebemos o *e-mail* do senhor Rui Tadeu Veiga, presidente do Sincaval, justificando a sua ausência em função de compromissos agendados anteriormente.

Com a palavra o deputado federal Edson Bez de Oliveira.

O SR. DEPUTADO FEDERAL EDSON BEZ DE OLIVEIRA (SC) - Inicio, mais uma vez, cumprimentando o deputado Renato Hinnig pela iniciativa de alavancar este debate em Santa Catarina, no meu Estado, e cumprimentando todos os demais por terem se dedicado a vir neste dia tão importante, numa segunda-feira à tarde.

Fiz aqui uma série de anotações, como vocês podem observar, que serão analisadas, mas não vou ser repetitivo. O Renato me apresenta aqui algumas propostas, sugestões recebidas de diversos setores, inclusive da Fecam, que levaremos para estudar e analisar.

Gostaria de dizer que vou me ater a apenas sobre três pontos. Primeiro, sobre o que o Paulo Afonso falou, que é verdadeiro e endosso aqui suas palavras. As pessoas acabam não acreditando mais na reforma tributária, como outros segmentos que levantaram uma série de propostas que não saiu como nós gostaríamos. Alguns acham a aprovação da reforma tributária tão complexa quanto a aprovação da CPMF. Mas eu tenho dito, e falei em várias entrevistas que concedi na semana passada em Brasília, que é diferente. Na época da CPMF, Paulo, a sociedade estava divida, o Congresso estava divido. A reforma tributária, a mudança do nosso sistema tributário é diferente, porque eu desconheço alguém que não a queira. Pode até ser que tenha alguém, mas eu não conheço quem não queira um novo sistema tributário para o Brasil; a carga tributária é uma das mais altas do mundo. Todas essas questões aqui são verdadeiras e o que precisamos buscar é o equilíbrio disso, o que for melhor para o Brasil.

E quero aqui aproveitar para cumprimentar o governador do Espírito Santo, que não está presente, pois na reunião com o Guido Mantega, na qual ele estava, eu estava e o Renato também, ele disse que se nós tivermos uma visão macro, se nós pensarmos no Brasil, a proposta apresentada pelo governo trará prejuízos ao Estado do Espírito Santo, mas se este for o preço para que tenhamos uma reforma tributária melhor para o Brasil, o Espírito Santo, mesmo com dificuldades financeiras, arcará, aceitará, desde que o Brasil ganhe.

Eu achei corajosa a atitude dele. Claro que não vai ser bem assim, mas o que ele quis dizer é que nós precisamos ter um pensamento maior, uma visão macro da situação.

Na época do Fernando Henrique Cardoso, Renato Vianna - eu já era membro da Comissão da Reforma Tributária -, eu, o Antônio Palocci, o Germano Rigotto e outros colegas visitamos vários Estados, está lá gravado nos Anais da Casa, e eu disse o seguinte: a reforma tributária não vai sair e vai decepcionar o povo brasileiro, porque nas discussões da reforma tributária estavam lá os deputados, entre eles eu, defendendo os interesses de Santa Catarina, mas os do Paraná defendiam os interesses do Paraná, os de São Paulo defendiam os de São Paulo. Lembro-me que o governador de São Paulo era o Mário Covas e que, reunido com os deputados e senadores de São Paulo, pediu encarecidamente que, juntos, acabássemos com a guerra fiscal. No dia seguinte o ACM se reuniu com os deputados e senadores da Bahia e disse: pelo amor de Deus, temos que manter a guerra fiscal, porque estamos na iminência de ser instalada, agora, a Ford na Bahia.

Então, o que eu quero dizer com isso, citando apenas esses dois exemplos? É dizer que é diferente da CPMF. Todos nós, agora, queremos a reforma tributária, mas não é uma tarefa fácil, não é, Paulo (*dirige-se ao ex-governador Paulo Afonso Vieira*)? É uma tarefa complexa, porque envolve interesses de empresários, de cada cidadão, por isso nós precisamos buscar o equilíbrio. Mas temos que encarar, temos que ter coragem e vamos empreender o máximo possível dos nossos esforços com o objetivo de fazer com que tenhamos uma boa reforma tributária.

O importante é que até agora ninguém se manifestou, de Norte a Sul deste país, contra a reforma tributária. E aí eu concordo com o Paulo, que disse: eu não acreditava mais, mas continuo acreditando. É interessante a colocação. Eu também disse, Paulo, na semana passada, que há mais de vinte anos nós estamos querendo e nunca tivemos um momento tão bom, tão propício para iniciarmos esse debate complexo sobre o novo sistema tributário para o Brasil. Vamos aproveitar o momento, desde a popularidade do presidente Lula... O governo apresentou uma proposta, o Congresso está aberto para receber sugestões, e após os debates, com certeza, haveremos de encontrar o melhor equilíbrio para o País.

De minha parte, quero me colocar à disposição. Sendo presidente ou não, estarei à disposição, Renato, da Assembléia Legislativa, dos nossos colegas parlamentares, dos segmentos envolvidos. E quanto ao que foi colocado aqui pelo Soares, de que o servidor público é problema, eu entendo que nenhuma profissão é problema, até porque sou relator do ato médico que regulamenta a Medicina no Brasil e lá eu aprendi o seguinte: toda profissão existe com o intuito de buscar a satisfação da sociedade; no momento em que a profissão não buscar a satisfação da sociedade, ela deixará de ser profissão.

Portanto, eu quero aqui me colocar à disposição de vocês. Espero que continuem debatendo e fazendo reuniões. O Renato já assumiu o compromisso de se colocar à disposição da Comissão, e tem ainda a proposta do deputado Décio Góes da criação da subcomissão. Eu acho que tudo isso é muito importante.

No mais, eu parabenizo todos e repito: estou à disposição para que, juntos, possamos apresentar a melhor proposta para os catarinenses e para o Brasil.

Muito obrigado e parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Deputado Edinho Bez, quero, mais uma vez, agradecer pela sua presença neste debate. Temos certeza que V.Exa. vai envidar todos os esforços para fazer um belo trabalho na Comissão da Reforma Tributária da Câmara.

Quero, antes de encerrar esta audiência, solicitar àqueles que não colocaram seus endereços eletrônicos na lista que o façam, para que a gente possa se comunicar e encaminhar a ata de tudo o que foi debatido aqui. Também atendendo solicitação do César Hess, depois nós vamos conversar com o deputado Décio Góes e com o deputado Jorginho Mello para ver se criamos um *e-mail* específico na Comissão de Finanças e Tributação, mas enquanto isso não ocorre, utilizem o nosso *e-mail* do gabinete.

Agradecemos pela presença de todos e informamos que estaremos dando publicidade ao cronograma que a subcomissão de encaminhamento da reforma tributária aqui desta Casa vai elaborar para as outras regiões do Estado. Saio daqui convicto de que foi importante este debate, importante tudo o que ouvimos, e por certo vamos amadurecer mais em outros encontros.

Muito obrigado.

(*Está encerrada a reunião.*)

DEPUTADO RENATO HINNIG
PRESIDENTE
*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia oito de abril de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Jean Kuhlmann, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da quarta reunião ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Jean Kuhlmann, Joares Ponticelli, Elizeu Mattos, Dirceu Dresch, José Natal Pereira, Renato Hinnig e Professor Grando. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo colocou em discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 0002.9/08, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que "Dá nova redação ao "caput" do art. 14 da Lei Complementar nº 175, de 1998, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 365, de 2006, que institui a ajuda de custo para as Escrivanias de Paz do Estado". Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; e Projetos de Lei nºs 0011.4/08, de autoria do Deputado Jailson Lima da Silva, que "Concede o Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Luiz Inácio Lula da Silva". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0038.4/08, de autoria do Deputado Herneus de Nadal, que "Concede ao Município de São João do Oeste o título de Capital Catarinense da Língua Alemã". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0048.6/08, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que "Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Amigos da Gairoba, no Município de Ituporanga". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0049.7/08, de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que "Declara de utilidade pública a Associação Caminhos para a Vida, no Município de Florianópolis". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0051.1/08, de autoria do Deputado Elizeu Mattos, que "Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Lar do Menino Deus, no Município de Lages". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0052.2/08, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que "Declara de utilidade pública a Associação para o Desenvolvimento de Ibirama e Região - ADIR, no Município de Ibirama". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0059.9/08, de autoria do Deputado Julio Garcia, que "Declara de utilidade pública a Arte Positiva, no Município de Tubarão". Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0085.0/08, de autoria do Deputado Marcos Vieira, que "Declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis, no Município de Santo Amaro da Imperatriz". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0121.9/07, de autoria do Deputado Jorginho Mello, que "Declara de utilidade pública o Centro Holístico Luzes da Esperança, com sede no Município de Florianópolis. Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade, com emenda aditiva; 0547.9/07, de autoria da Deputada Odete de Jesus, que "Dispõe sobre a doação de produtos apreendidos pelas autoridades às instituições filantrópicas". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; e Ofícios nºs 0010.0/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Beneficente Bakhita, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0011.0/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Hospitalar Angelina Meneghelli, de Vitor Meirelles, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0012.1/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Joinvillense para Integração dos Deficientes Visuais, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer pelo diligenciamenteo, foi aprovado por unanimidade; e 0020.1/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Ação Social de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade. Antes de encerrar a reunião, o Sr.Presidente deu conhecimento aos membros da Comissão do Ofício nº 0072/08 - GP, da Presidência deste Poder, encaminhando processo originário do Acórdão extraído dos Autos AT-04365-2005-039-12-00-0, enviado pela Juíza da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau, para conhecimento da Comissão. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Jean Kuhlmann
Presidente
*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 397/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 011/2008, referente à aquisição de 10.000 pastas em Cristal PVC transparente, personalizadas em serigrafia 03 cores, com o logotipo da Escola do Legislativo, obteve o seguinte resultado:

Item Único - Aquisição de 10.000 pastas em Cristal PVC transparente, personalizadas em serigrafia 03 cores, com o logotipo da Escola do Legislativo.

Vencedora: Universo da Criação Indústria e Comércio de Bolsas Ltda.

Valor do Último Lance: R$ 14.380,00

Florianópolis, 24 de abril de 2008.

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

*** X X X ***

COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO

Senhores Deputados,

Após aprovação e publicação da Lei n. 14.262, de 21 de dezembro de 2007, referente ao Projeto de Lei n. 0412.6/2007, que "Dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais", constatou-se inexatidão no Anexo Único, e com fundamento no art. 262 do Regimento Interno, a Comissão de Constituição e Justiça, procede a seguinte alteração:

Onde se lê:

14. LISTAGEM DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS, EXCETO AQUELAS JÁ ENQUADRADAS NA TABELA Nº 03:

01.70.00 - Criação de Animais Confinados de Pequeno Porte (avicultura, cunicultura)

Pr = R$ 20,00 + **0,008** x NC

Leia-se:

14. LISTAGEM DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS, EXCETO AQUELAS JÁ ENQUADRADAS NA TABELA Nº 03:

01.70.00 - Criação de Animais Confinados de Pequeno Porte (avicultura, cunicultura)

Pr = R$ 20,00 + **0,0008** x NC

Palácio Barriga-Verde, 24 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EXTRATOS

Extrato Nº 049/2008

REFERENTE: Contrato CL nº 023/2008, celebrado em 14/04/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Pedroso Distribuidora Paulista de Tapetes Ltda.

OBJETO: Aquisição de carpete e manta de látex para o Plenário da ALESC, com a retirada do carpete existente, inclusos colocação, materiais, equipamentos e mão-de-obra especializada, de acordo com as especificações constantes no Edital, projeto, seus anexos e Proposta da Contratada.

VALOR GLOBAL: R$ 43.600,00 (quarenta e três mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Edital de Pregão Presencial CL nº 008/2008; Autorizações para Processo Licitatório n.º 0181/2008, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 14 de abril de 2008.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Germano Pedroso de Moraes - PEDROSO Distribuidora Paulista de Tapetes Ltda.

*** X X X ***

Extrato Nº 050/2008

REFERENTE: Contrato CL nº 024/2008, celebrado em 16/04/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Absoluto Divisórias e Pisos Ltda.

OBJETO: Construção de Estande com 40m² nas dependências do Centro de Convenções de Florianópolis (Centro Sul), com o fornecimento de material e mão de obra especializada, compreendendo o revestimento de paredes, piso, forro e instalação elétrica, o desmonte do Estande e o recolhimento do material considerado como entulho.

VALOR GLOBAL: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até a conclusão dos serviços.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório modalidade Pregão nº 010/2008; Autorização para Processo Licitatório n.º 0297/2008, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

Florianópolis, 16 de abril de 2008.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Vânio Inácio Junckes - Diretor ABSOLUTO Divisórias e Pisos Ltda

*** X X X ***

Extrato Nº 051/2008

REFERENTE: Contrato CL nº 021/2008, celebrado em 14/04/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Montaforro Comércio e Serviços Ltda.

OBJETO: Aquisição e instalação de 613,99 m² de forro PVC, marca Tecnoperfil, sistema forro clip, removível, dim. 214 x8mm (Lxesp), cor cinza, estruturado com perfis metálicos e sustentados com pendurais rígidos, cantoneiras e travessas, conforme especificação do fabricante e detalhes do projeto; inclusos os serviços de retirada de todo forro existente e retirada e recolocação de todas as luminárias existentes, fechamento de todos os vãos dos aparelhos de ar condicionados superiores, com estrutura em perfis metálicos e forro PVC, de acordo com as especificações constantes no Edital, seus anexos, projeto e Proposta da Contratada.

VALOR GLOBAL: R$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Edital de Pregão Presencial CL nº 009/2008; Autorização para Processo Licitatório n.º 0011/2008, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 14 de abril de 2008.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Ronaldo de Souza Maia - Montaforro Comércio e Serviços Ltda.

*** X X X ***

PORTARIAS

Extrato Nº 049/2008

REFERENTE: Contrato CL nº 023/2008, celebrado em 14/04/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Pedroso Distribuidora Paulista de Tapetes Ltda.

OBJETO: Aquisição de carpete e manta de látex para o Plenário da ALESC, com a retirada do carpete existente, inclusos colocação, materiais, equipamentos e mão-de-obra especializada, de acordo com as especificações constantes no Edital, projeto, seus anexos e Proposta da Contratada.

VALOR GLOBAL: R$ 43.600,00 (quarenta e três mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Edital de Pregão Presencial CL nº 008/2008; Autorizações para Processo Licitatório n.º 0181/2008, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 14 de abril de 2008.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Germano Pedroso de Moraes - PEDROSO Distribuidora Paulista de Tapetes Ltda.

*** X X X ***

Extrato Nº 050/2008

REFERENTE: Contrato CL nº 024/2008, celebrado em 16/04/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Absoluto Divisórias e Pisos Ltda.

OBJETO: Construção de Estande com 40m² nas dependências do Centro de Convenções de Florianópolis (Centro Sul), com o fornecimento de material e mão de obra especializada, compreendendo o revestimento de paredes, piso, forro e instalação elétrica, o desmonte do Estande e o recolhimento do material considerado como entulho.

VALOR GLOBAL: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até a conclusão dos serviços.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório modalidade Pregão nº 010/2008; Autorização para Processo Licitatório n.º 0297/2008, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

Florianópolis, 16 de abril de 2008.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Vânio Inácio Junckes - Diretor ABSOLUTO Divisórias e Pisos Ltda

*** X X X ***

Extrato Nº 051/2008

REFERENTE: Contrato CL nº 021/2008, celebrado em 14/04/2008.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Montaforro Comércio e Serviços Ltda.
OBJETO: Aquisição e instalação de 613,99 m² de forro PVC, marca Tecnoperfil, sistema forro clip, removível, dim. 214 x8mm (Lxesp), cor cinza, estruturado com perfis metálicos e sustentados com pendurais rígidos, cantoneiras e travessas, conforme especificação do fabricante e detalhes do projeto; inclusos os serviços de retirada de todo forro existente e retirada e recolocação de todas as luminárias existentes, fechamento de todos os vãos dos aparelhos de ar condicionados superiores, com estrutura em perfis metálicos e forro PVC, de acordo com as especificações constantes no Edital, seus anexos, projeto e Proposta da Contratada.
VALOR GLOBAL: R$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais).
VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Edital de Pregão Presencial CL nº 009/2008; Autorização para Processo Licitatório n.º 0011/2008, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
Florianópolis, 14 de abril de 2008.
Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC
Ronaldo de Souza Maia - Montaforro Comércio e Serviços Ltda.

*** XXX ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 469, de 24/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 012/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Vianna	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
1998	Bernadete Albani Leiria	
0947	Valter Euclides Damasco	

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** XXX ***

PORTARIA Nº 470, de 24/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 013/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Vianna	Pregoeiro
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
1998	Bernadete Albani Leiria	
0947	Valter Euclides Damasco	

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** XXX ***

PORTARIA Nº 471, de 24/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 014/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
0947	Valter Euclides Damasco	
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Vianna	

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** XXX ***

PORTARIA Nº 472, de 24/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63,* caput, *da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0889	Désio Muller	90	07/04/08	659/08
0981	Ivania B. Ranzolin Nerbass	90	10/04/08	650/08

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** XXX ***

PORTARIA Nº 473, de 24/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde do servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1521	Jonas Lemos Campos	30	15/04/08	651/08

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** XXX ***

PORTARIA Nº 474, de 24/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1596	Paulo da Silva Pacheco	180	06/04/08	616/08
2174	Juvenal Lino Machado	10	16/04/08	617/08

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** XXX ***

PORTARIA Nº 475, de 24/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ANTONIO QUIRINO GOULART, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Jailson Lima).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** XXX ***

PORTARIA Nº 476, de 24/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Qüinqüênio		Processo nº
4991	Araci Francisca da Silva	25/01/03	24/01/08	0036/2008
1524	José P. Pereira da Silva	02/08/97	01/08/02	0392/2008
1806	Luciano Serpa	01/04/99	31/03/04	0477/2008
1741	Bertilio Borba	01/07/02	30/06/07	0478/2008
1729	Marcos Graff Cesar	08/03/03	07/03/08	0479/2008
1705	Ivone de F. Bonomini de Luna	09/02/03	08/02/08	0480/2008
1823	Maria de Lourdes Ghizzo	10/04/99	24/12/04	0481/2008
1873	Carmen Lucia Marian Souza	11/08/97	10/08/02	0564/2008
1437	Iwana Lucia Lentz	08/03/03	07/03/08	0565/2008
1902	Myllene Vieira Camilli	30/05/02	29/05/07	0568/2008

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** XXX ***

PORTARIA Nº 477, de 24/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Qüinqüênio		Processo nº
1449	Adiel Fernandes Cipriano	30/08/02	29/08/07	0571/2008
1580	Rosevalda Correia	03/08/02	07/01/08	0572/2008
1237	Alvaro Pacheco de Souza	03/03/03	02/03/08	0573/2008
1332	Helio Estefano Becker Filho	03/03/03	02/03/08	0576/2008
1364	Laila Cunha Guimarães	02/01/03	01/01/08	0577/2008
1448	Amilton Gonçalves	27/12/02	26/12/07	0578/2008
1440	Maria do Carmo L. Kravchychyn	04/01/03	03/01/08	0579/2008
1851	Guido Wiggers Junior	03/07/99	02/07/04	0580/2008
1749	Sandra Mara Coelho	06/04/03	06/04/08	0583/2008

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 478, de 24/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Ildemar José Weinert	4524	3%	3%	02/04/08	0495/2008
Leila Miazzi	4634	3%	3%	31/03/08	0496/2008
Leonaldo Landmann	4640	3%	3%	31/03/08	0502/2008
Mario Sergio Vidal	4631	3%	3%	31/03/08	0566/2008
Julio Cesar C. de Olivo	2591	3%	12%	09/04/08	0581/2008

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI N. 0112/08

Declara de utilidade pública o Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, com sede no município de Ituporanga.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, com sede no município de Ituporanga.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Rogério Mendonça

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública estadual o Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, com sede no município de Ituporanga.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, de caráter assistencial, que tem por finalidade auxiliar a autoridade judiciária nas tarefas relativas à fiscalização no cumprimento de penas privativas e restritivas de direitos, auxiliando na fiscalização das condições estipuladas para a concessão de benefícios previstos em lei nos procedimentos penais; fiscalização no cumprimento das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes infratores; readaptação de sentenciados, presidiários e egressos dos estabelecimentos prisionais ao meio social, dentre outros.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N. 113/08

Revoga a Lei 14.385, de 18 de março de 2008, e adota outras providências.

Art. 1º Fica revogada a Lei 14.385, de 18 de março de 2008.

Art. 2º A Tabela III da Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"TABELA III

ATOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO TAXA DE SERVIÇOS GERAIS

(...)

2.4.2 - Veículos		
2.4.2.1	Certificado de Registro de Veículo - CRV, 1ª via	78,50
2.4.2.2	Transferência de veículo	78,50
2.4.2.3	Certificado de Registro de Veículo - CRV, 2ª via	190,00
2.4.2.4	Alteração de dados do veículo ou do proprietário	78,50
2.4.2.5	Vistoria em veículo, no órgão de trânsito	31,00
2.4.2.6	Vistoria em veículo, fora do órgão de trânsito	64,50
2.4.2.7	Vistoria lacrada	64,50
2.4.2.8	Certificado de Licenciamento Anual - CLA, em uma via	45,50
2.4.2.8 A	Certificado de Licenciamento Anual - CLA, em duas vias	55,50
2.4.2.9	Certificado de Licenciamento Anual - CLA, via adicional	57,50
2.4.2.10	Autenticação de cópia do Certificado de Licenciamento Anual - CLA	6,50
2.4.2.11	Escolha de placa (dentro das possibilidades das placas livres do sistema)	190,00
2.4.2.12	Placas de experiência e renovação anual	333,50

(...)"

Art. 3º Os efeitos da presente Lei retroagem até a data de 09 de janeiro de 2008.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merísio

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por escopo corrigir equívoco oriundo da publicação superveniente da Lei 14.385, de 18 de março de 2008, porquanto a Lei 14.131, de 08 de outubro de 2007, instituiu o novo Código de Taxas do Estado de Santa Catarina.

Salientamos que o projeto de lei que deu origem a Lei que ora objetivamos revogar, foi apresentado anteriormente à proposição que originou a Código de Taxas Estadual. Ocorre que, durante a tramitação de ambas as matérias, essa última restou aprovada em data anterior a primeira.

Destaca-se ainda que durante a tramitação das proposições não foi atentada para a semelhança do teor de ambas, o que acabou por ocasionar o equívoco que ora suscitamos.

Ademais, visando preservar a essência da lei revogada e, consequentemente, respeitar a vontade de seu legislador, mantemos a redação dada à Tabela III da Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, adequando-a ao disposto no novo Código de Taxas Estadual.

Isso posto, rogamos ao nobres pares pela aprovação do presente projeto de lei, para que assim, possamos corrigir o indigitado equívoco.

*** X X X ***